

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC PEDRO HIDEKI BARBOSA KAWASSAKI

A GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA DO RIO OKAVANGO:
Um estudo da dialética entre a diluição da soberania e a ascensão de Chellaney

Rio de Janeiro

2022

CC PEDRO HIDEKI BARBOSA KAWASSAKI

A GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA DO RIO OKAVANGO:
Um estudo da dialética entre a diluição da soberania e a ascensão de Chellaney

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF(RM-1) Ohara B. Nagashima

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Lilian e meus filhos Lucas e Elisa, agradeço por compreenderem que minha ausência era necessária e por me apoiarem ao embarcar nessa jornada. Obrigado por sempre me receberem com sorrisos sinceros e abraços reconfortantes.

Aos meus pais, Milton e Lia e minha irmã Mariana, agradeço por me acolherem novamente em sua casa durante esse período de árduo estudo e dedicação.

Ao meu orientador, CF (RM-1) Nagashima por sua serenidade e exemplo ao me guiar neste desafio. Os ensinamentos transmitidos, o incentivo, bem como sua postura resiliente ao me orientar, enquanto também era orientando em seu doutorado, foram essenciais para fazer frente ao obstáculo que, inicialmente, parecia intransponível.

Aos companheiros de turma do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores 2022, em particular, agradeço aos amigos CC(FN) Rafael Texeira, CC Carmo, CC Fernando Dias, CC Alberto e CC (IM) Leo Bastos, não apenas durante a confecção do trabalho e durante o curso, mas por ocasião da preparação para o concurso ao longo de 2021.

“Não se coloque dentro de uma forma, se adapte e construa sua própria, e deixa-a expandir, como a água. Se colocarmos a água num copo, ela se torna o copo; se você colocar água numa garrafa ela se torna a garrafa. A água pode fluir ou pode colidir. Seja água, meu amigo.”

(Lee Jun-fan)

RESUMO

Localizada na África Austral, a bacia do rio Okavango reúne condições *sui generis* que apontam para a relevância de seu estudo. A nascente do principal rio, de mesmo nome da bacia, se localiza em Angola e seu curso atravessa áreas de clima árido das fronteiras namibianas e desaguam em meio a um deserto em Botswana. Inseridos nesse ambiente complexo, os três Estados ribeirinhos buscaram o acesso aos recursos hídricos do rio transnacional em diferentes momentos e por diferentes motivos. Por conseguinte, a busca pelos interesses nacionais no rio compartilhado pode, em algum grau, ter interferido nos interesses dos demais Estados ribeirinhos e gerado disputas. Neste sentido, o propósito desta pesquisa é verificar possíveis pontos de aderência entre as disputas pelos recursos hídricos na bacia do Okavango e a teoria do indiano Brahma Chellaney (1962-) sobre conflitos hídricos, por meio do confronto da teoria e da realidade. Cabe ressaltar que, durante a exposição sobre a guerra hídrica como *casus belli*, a teoria de Chellaney foi confrontada com outras, como a teoria de Samuel Huntington (1927 - 2008) e a de Michael Klare (1942-), de modo a fortalecer seu argumento. Em meio a isso, na indissociável dualidade entre guerra e paz, é apresentada a teoria pacifista, como contraponto ao pensamento de Chellaney. Essa teoria terminou por merecer relevância no estudo e foi usada como teoria auxiliar. Assim, foi verificada uma dialética entre as teorias pacifista e a de Chellaney, bem como uma aderência parcial entre o pensamento desse teórico e as disputas por recursos hídricos na bacia no rio Okavango.

Palavras-chave: Guerra Hídrica. Recursos Hídricos. Brahma Chellaney. Bacia do Rio Okavango. Geopolítica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1 – A dialética dos pensamentos e a soberania | 56 |
| FIGURA 1 – Mapa político da bacia do rio Okavango. | 57 |
| FIGURA 2 – Mapa detalhado da bacia do Okavango e áreas de preservação ambiental. | 58 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ABS – | <i>Nagoya Protocol on Access and Benefit Sharing</i> |
| AUDA – | <i>African Union Development Agency</i> |
| CBO – | <i>Community-Based Organization</i> |
| CITES – | <i>Convention on International Trade in Endangered Species</i> |
| CORB – | Bacia Hidrográfica do Cubango-Okavango |
| FAO – | <i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i> |
| INRH – | Instituto Nacional de Recursos Hídricos |
| JPTC – | <i>Joint Permanent Technical Commission</i> |
| NEPAD – | <i>New Partnership for Africa's Development</i> |
| NDP5 – | 5º Plano de Desenvolvimento Nacional Namibiano |
| NDP11 – | 11º Plano de Desenvolvimento Nacional de Botswana |
| MB – | Marinha do Brasil |
| MINEA – | Ministério da Energia e Água |
| OKACOM – | <i>Permanent Okavango River Basin Water Commission</i> |
| ONG – | Organização Não Governamental |
| ONU – | Organização das Nações Unidas |
| PJTC – | <i>Permanent Joint Technical Commission</i> |
| PNUD – | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| SADC – | <i>Southern African Development Community</i> |
| UNCBD – | <i>United Nations Convention on Biological Diversity</i> |
| UNCCD – | <i>United Nations Convention on Combating Desertification</i> |
| UNESCO – | <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> |

UNPOPs – *Stockholm Convention on Persistent Organic Pollutants*

UNU – *United Nations University*

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2 | O OURO AZUL DE BRAHMA CHELLANEY..... | 12 |
| 2.1 | A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA PELO PRISMA DOS ESTADOS | 12 |
| 2.2 | CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA | 14 |
| 2.3 | A GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS | 17 |
| 3 | A JOIA DO KALAHARI..... | 25 |
| 3.1 | GEOGRAFIA | 25 |
| 3.2 | ANGOLA | 26 |
| 3.3 | NAMÍBIA..... | 28 |
| 3.4 | BOTSWANA | 30 |
| 4 | OKACOM - A ARIDEZ TRANSFORMADA EM COOPERAÇÃO..... | 34 |
| 4.1 | AS PREOCUPAÇÕES EM TORNO DO ACESSO À ÁGUA DO OKAVANGO | 34 |
| 4.2 | A CRIAÇÃO DA OKACOM..... | 36 |
| 4.3 | A CONCEPÇÃO DA OKACOM | 37 |
| 5 | A AVALIAÇÃO: HOBBS OU KANT? | 39 |
| 5.1 | O IDEALISMO DA OKACOM | 39 |
| 5.2 | A PRÁTICA REALISTA DOS ESTADOS RIBEIRINHOS | 41 |
| 5.3 | A COMPARAÇÃO ENTRE AS PERSPECTIVAS KANTIANA E HOBBSIANA..... | 47 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 50 |
| | REFERÊNCIAS..... | 53 |
| | APÊNDICES | 56 |
| | ANEXOS..... | 57 |

1 INTRODUÇÃO

A importância geopolítica da água transcende as necessidades fundamentais sob a ótica do indivíduo. Para possibilitar essa avaliação, faz-se necessário observar as perspectivas estatais e interestatais. Para realizar tal apreciação, este estudo abordará o caso particular da bacia do rio Okavango, na África, com seus três Estados ribeirinhos, Angola, Namíbia e Botswana e a possível aderência à teoria de Brahma Chellaney¹ (1962-).

A bacia do rio Okavango se localiza na África Austral e reúne condições ímpares que a tornam relevante para o estudo. Em Angola está a nascente do principal rio, que também leva o nome de Okavango, seu curso atravessa áreas de clima árido das fronteiras namibianas e sua foz, localizada em Botswana, forma um delta denominado de a Joia do Kalahari, pois deságua em meio ao deserto que leva esse mesmo nome. Tudo isso cria um raro sistema fechado e sem acesso ao mar.

Imersos nesse contexto intrincado estão os três Estados ribeirinhos que, por conta de suas conjunturas internas, buscaram o acesso aos recursos hídricos do rio transnacional em diferentes momentos e por diferentes motivos. Logo, na busca pelos interesses nacionais no rio transfronteiriço, pode ter ocorrido interferência nos interesses dos demais Estados ribeirinhos, com potencial de geração de conflitos.

A escolha do objeto se deu por sua importância para a Marinha do Brasil (MB) e para o continente africano. Para a MB, o estudo se torna relevante pois Angola e Namíbia

¹ Brahma Chellaney (1962-) é nascido na Índia, geoestrategista, acadêmico, autor de nove livros e consultor. Atualmente, ele é professor de Estudos Estratégicos no Centro de Pesquisa de Políticas em Nova Delhi; e afiliado ao Centro Internacional para o Estudo da Radicalização no *King's College London*. Ele atuou como membro do Grupo Consultivo de Políticas liderado pelo ministro das Relações Exteriores da Índia e antes disso, ele foi conselheiro do Conselho de Segurança Nacional da Índia. Disponível em: <<https://chellaney.net/about/>>. Acesso em: 1 ago. 2022.

pertencem ao entorno estratégico brasileiro². Para a África, a bacia do rio Okavango oferece uma importante fonte de recursos hídricos e forma um sistema fechado de características ímpares, conforme já apontado.

A escolha da teoria do indiano Brahma Chellaney se deu na intenção de trazer à baila pensadores menos difundidos no âmbito da MB e que, contudo, contam com relevância no cenário geopolítico internacional. A teoria escolhida se torna relevante por ter sido enunciada em meio às disputas entre Índia, China e Paquistão por recursos hídricos. Com isso, espera-se instigar linhas de pensamento que considerem o *ethos*³ indiano, que convive há tempos com escassez de recursos, entre eles a água, e as disputas associadas a tal escassez.

O desenho de estudo escolhido foi o confronto entre teoria e realidade. Desta forma, pretende-se confrontar a teoria geopolítica de Brahma Chellaney sobre recursos hídricos e o potencial conflitivo associado à sua escassez com o objeto, as relações entre os Estados ribeirinhos no contexto da bacia do rio Okavango no período de 1975, início da Guerra Civil Angolana, até julho de 2022.

Ao final do estudo espera-se responder à seguinte questão de pesquisa: as disputas geopolíticas por recursos hídricos no contexto da bacia do rio Okavango tiveram aderência à teoria de Brahma Chellaney sobre conflitos hídricos?

Para atingir tal propósito, o trabalho está dividido em seis capítulos. Após esta breve introdução, no segundo capítulo será apresentada a teoria de Chellaney sobre conflitos

² “A América do Sul, a Antártica e a África ocidental detêm significativas reservas de recursos naturais. Nesse entorno estratégico, com foco no Atlântico Sul, é indispensável a consolidação da região como Zona de Paz e Cooperação (ZOPACAS), a fim de evitar interferência de interesses ilegítimos. Motivações políticas, conflitos sociais, interesses de grupos econômicos e até de cunho étnico e religioso trazem, como questão subjacente, a busca por energia, água, minerais raros e espaço geográfico” (BRASIL, 2020, p. 28). Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html#p=28>. Acesso em: 04 ago. 2022.

³ Conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região (Nota do Autor).

hídricos. Será apresentado o *modus operandi* da guerra hídrica e, a partir da indissociável dialética entre guerra e paz, surgirá uma teoria pacifista, contrária às ideias de Chellaney. Essa nova escola de pensamento será usada como teoria auxiliar e se mostrará de grande relevância ao longo do estudo.

No terceiro capítulo será iniciado o estudo do objeto, partindo da ótica estatal. Primeiramente, serão expostos aspectos geográficos relevantes para a pesquisa de modo que, em seguida, sejam apresentados os Estados ribeirinhos, desde a nascente até o delta, com os pontos de aderência à teoria base ou auxiliar sendo apontados ao longo do capítulo. Ao final, as necessidades de recursos hídricos de cada um convergirão para o rio Okavango e isso os obrigará a interagir por meio de algum instrumento.

No quarto capítulo, será evidenciado que tais interações deram origem à Comissão Permanente de Águas da Bacia Hidrográfica do Okavango (OKACOM), o que subirá novamente a ótica de análise, agora para o plano interestatal. Serão expostos também os preceitos fundamentais da criação da OKACOM, sob um prisma de resolução de conflitos de forma pacífica, coesos com a teoria auxiliar.

O quinto capítulo terá origem da dualidade percebida entre terceiro e quarto capítulos, alinhados com a teoria de Chellaney e a pacifista, respectivamente. A partir de então, serão apresentados novos argumentos e pontos de aderência que levarão à constatação que essa dualidade se trata, na verdade, de uma dialética entre conflito e cooperação, percorrida ao longo do tempo pelos Estados ribeirinhos na busca de seus interesses nacionais.

No sexto e último capítulo, serão tecidas as considerações finais, onde será respondida à questão de pesquisa. Concluída esta introdução, será iniciado o estudo pela teoria dos recursos hídricos de Chellaney (2015).

2 O OURO AZUL DE BRAHMA CHELLANEY

Neste capítulo teórico pretende-se fundamentar a teoria de Brahma Chellaney sobre os recursos hídricos na geopolítica dos Estados. Para tanto, o capítulo foi dividido em três seções onde, na primeira, será explanada a relevância da água pela ótica dos Estados. A segunda seção fornecerá uma breve contextualização histórica e a terceira demonstrará como os Estados se relacionam em torno deste recurso definido como tão importante.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA PELO PRISMA DOS ESTADOS

Chellaney (2015) afirma que a água é a mercadoria mais essencial e ainda assim, a mais subestimada do mundo. Ele segue pontuando que, em breve sua escassez fará com que suba de importância, ultrapassando recursos de grande demanda atualmente como petróleo, cobre, ferro e produtos agrícolas. Ainda neste contexto ressalta que, enquanto o petróleo pode ser substituído, ao buscar-se fontes alternativas de energia, não há alternativas conhecidos para a água.

Outro aspecto relevante é que o transporte de água por longas distâncias, como é feito com o petróleo, é antieconômico. Com isso, a única opção aos Estados em condição de crise hídrica⁴ é otimizar seus recursos hídricos de forma sustentável e, quando isto envolve fontes transnacionais, colaborar com os demais Estados ribeirinhos no gerenciamento de tais recursos (CHELLANEY, 2015).

⁴ O termo “*water stress*”, traduzido neste estudo como “crise hídrica”, foi popularizado pela hidróloga sueca Malin Falkenmark (1925-) que em 1989 desenvolveu o *Water Stress Index*. Uma disponibilidade anual *per capita* entre 1.000 e 1.666 metros cúbicos já indica uma crise hídrica. Abaixo deste patamar, indica a situação de pobreza hídrica (CHELLANEY, 2015).

Chellaney (2015) salienta que os setores que fazem uso mais intensivo de água são agricultura e indústria e que, enquanto a primeira consome os maiores volumes de água, é a segunda que apresenta o crescimento mais acelerado em termos de consumo. O teórico acrescenta ainda que muitas destas empresas já tentam reduzir sua dependência da água por meio do emprego de novas tecnologias de forma que o emprego mais eficiente dos recursos hídricos gere economia de recursos financeiros para a empresa e resulte em mais água disponível para outros usuários (CHELLANEY, 2015).

A questão da água vem se tornando tão significativa que em 2011 a Organização das Nações Unidas (ONU) já demonstrou preocupação por meio de dois Secretários-Gerais. Kofi Annan alertou que “a competição ferrenha por água doce pode muito bem se tornar a fonte de conflito e guerras no futuro”⁵. Seu sucessor, Ban Ki-Moon também se manifestou a respeito afirmando que “a escassez de água ameaça ganhos econômicos e sociais e é um potente combustível para guerras e conflito”⁶ (ONU, 2011, n.p. e tradução nossa).

Tais declarações se coadunam com a perspectiva de Chellaney ao afirmar que se as batalhas antigas foram travadas por território, pela construção de impérios coloniais, as de hoje ocorrem pela disputa por recursos energéticos, principalmente o petróleo. Entretanto, as guerras do futuro serão disputadas pela água, o recurso mais importante de todos (CHELLANEY 2015; CHELLANEY 2021).

Chellaney (2015) afirma que, da mesma forma que, no século passado, o petróleo teve papel determinante na ascensão e declínio de Estados, neste século tal papel poderá ser da água. Da mesma maneira como o petróleo moldou as Relações Internacionais no século XX,

⁵ Do original: “Fierce competition for fresh water may well become a source of conflict and wars in the future.”.

⁶ Do original: “Water scarcity threatens economic and social gains and is a potent fuel for wars and conflict.”.

a demanda por água poderá acirrar os conflitos hídricos⁷, que já ocorrem hoje. Tais guerras podem ser lutadas sem disparar um tiro sequer, quando, por exemplo, um Estado ribeirinho constrói infraestrutura de engenharia hidráulica⁸ a montante⁹ e passa a comandar a oferta de água para os demais Estados ribeirinhos a jusante¹⁰ (CHELLANEY, 2015).

Diante do que foi exposto, é possível depreender que os Estados não podem prescindir dos recursos hídricos e que, uma vez que haja escassez, devem buscar cooperar com os demais Estados ribeirinhos para garantir o próprio acesso à água. Tais recursos devem ser assegurados para que internamente, os setores essenciais da agricultura e indústria – setores que mais consomem água – possam manter o Estado em pleno funcionamento.

Assim, sob a ótica dos Estados, esta relação de causa e efeito das interações entre eles para assegurar o acesso à água e o funcionamento de suas economias é o que confere importância aos recursos hídricos. É possível então, evidenciar a relação entre a sua escassez ou o não acesso aos recursos existentes e o potencial de deflagração de disputas por eles apontando para uma vertente geopolítica dos recursos hídricos, que será apresentada nas próximas seções.

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Inicialmente, a maioria dos acordos relativos ao uso de águas tratavam de navegação, pesca, demarcação de fronteiras e outros aspectos que não a divisão clara das águas propriamente ditas. Somente no século XX houve o foco no uso, desenvolvimento e

⁷ O termo guerras hídricas ou conflitos hídricos foi traduzido do inglês *water wars* (Nota do Autor).

⁸ Ramo da engenharia que se ocupa, entre outras atividades, do transporte de fluidos, dos sistemas de irrigação e dos projetos de barragens (Nota do Autor).

⁹ Um país está mais a montante que outro quanto mais próximo da nascente do rio (Nota do Autor).

¹⁰ Um país está mais a jusante que outro quanto mais próximo da foz do rio (Nota do Autor).

gerenciamento de águas compartilhadas. Desde 1950, países inimigos na África, no Oriente Médio e no Sul e Sudeste da Ásia entraram em acordos hídricos, mesmo que fracos ou incompletos (CHELLANEY, 2015).

Após a Segunda Guerra Mundial, quando a maioria das instituições internacionais do presente foram estabelecidas, poucos puderam prever que a escassez de água seria uma restrição ao desenvolvimento humano. No passado, a escassez de água era associada apenas a terras desérticas. Porém, a situação mudou a partir da década de 1950 (CHELLANEY, 2015).

A maioria dos acordos sobre águas transnacionais assinados após a Segunda Guerra Mundial, quando a escassez de água era incomum, trata de uma gama estreita de assuntos que incluem controle de alagamentos, desenvolvimento hidrelétrico, compartilhamentos de dados, pesquisa e desenvolvimento conjuntos, irrigação, proteção de cursos de rios, armazenamento, uso de ilhas e arranjos provisórios. A maioria deles carece de mecanismos de imposição de regras ou de resolução de conflitos ou até mesmo de disposições sobre monitoramento (CHELLANEY, 2015).

Chellaney (2015) aponta que a existência de um tratado de compartilhamento de águas não exclui o conflito. Com efeito, a cooperação e o conflito coexistem na maioria das bacias onde existem tratados de uso compartilhado de águas (CHELLANEY, 2015).

Não obstante os exemplos¹¹ de temas conflitivos entre países de uma mesma bacia, uma escola de pensamento pacifista, teorizando que a água é um vetor de cooperação, ganhou expressão em meio à escola de pensamento dominante que enfatiza o potencial de

¹¹ Como exemplos de temas conflitivos entre países de uma mesma bacia podemos citar: A disputa entre Egito, Sudão e Etiópia pelos recursos hídricos na Bacia do Nilo; o conflito sobre o Eufrates-Tigre entre a Turquia, a Síria e o Iraque; e as disputas entre o Afeganistão e o Irã pelo aproveitamento das águas dos rios Helmand e Harirud (Nota do Autor).

conflito da escassez hídrica (CHELLANEY, 2015). Wolf ¹²(1999), argumenta que a cooperação geralmente prevalece sobre os conflitos hídricos e sustenta que, entre 1918 e 1994, de 412 crises interestatais apenas 7 tiveram as disputas por águas como causa.

Esta baixa incidência de conflitos hídricos se justificaria pela definição de Wolf (1998) de que guerras hídricas são conflitos armados entre dois ou mais Estados por escassos recursos hídricos (WOLF, 1998). Ao propor uma definição tão estreita, Wolf (1998) estaria restringindo o estudo dos casos de conflitos hídricos. Entretanto, como será visto ao longo deste trabalho, Chellaney (2015) adota uma abordagem muito mais completa e abrangente de conflitos hídricos.

Ainda de acordo com Wolf (2005), a escola pacifista se baseia no argumento de que ameaças em comum irão levar os Estados afetados ao caminho da cooperação e colaboração, servindo como pedra fundamental na construção de confiança mútua e paz (WOLF, 2005).

Assim sendo, no contexto das relações interestatais, a escola pacifista surgiu com a proposta de que as guerras hídricas poderiam ser evitadas por meio de cooperação e acordos. Entretanto, as instituições criadas sob o *zeitgeist*¹³ do pós Segunda Guerra Mundial não previram uma possível escassez hídrica. Logo, não priorizaram o uso compartilhado dos recursos hídricos tampouco formas de imposição de regras ou resolução de conflitos. A consequência disso é a coexistência de tratados e conflitos numa mesma bacia, enfraquecendo a argumentação da escola pacifista.

¹² O Professor Aaron T. Wolf (1960-) é natural dos EUA, geógrafo com mestrado em “*Water Resources Management*” e PhD em “*Land Resources*”. Sua especialidade é na área de políticas para recursos hídricos e solução de conflitos (Nota do Autor).

¹³ Conceito da filosofia alemã, que significa “espírito da época” ou “espírito dos tempos”. Sendo assim, o conjunto intelectual, cultural, social e político do mundo em uma determinada época, isto significa que são as características que marcam um determinado momento do mundo (Nota do Autor).

2.3 A GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS

Segundo Chellaney (2015), as mudanças geopolíticas no século XX foram profundas em termos de câmbios de poder. Isso não ocorreu por conta de fatores ligados às guerras e sim à paz, que proporcionou o crescimento econômico que trouxe o Oriente de volta ao cenário internacional (CHELLANEY, 2015).

O rápido crescimento econômico de diversos atores, concomitante com o aumento populacional, culminaram em incrementos na necessidade de alimentos e energia que, por sua vez, criaram maiores demandas por água, até então sem precedentes históricos (CHELLANEY, 2015).

Neste contexto, dentre todos os recursos naturais, a água surge como fonte de crescentes competições e conflitos, principalmente quando rios, lagos e lençóis freáticos atravessam fronteiras internacionais. Estes sistemas hídricos transnacionais, ao invés de unir os países em torno de uma interdependência, têm acirrado disputas em torno dos interesses nacionais (CHELLANEY, 2015).

Desta forma, é possível perceber que o período sem conflitos de magnitude global após a Segunda Guerra Mundial proporcionou a ascensão econômica de novos atores no cenário internacional e com eles, o respectivo crescimento na demanda por água. No caso de águas compartilhadas, o aumento na demanda por muitos entes pode se tornar fonte de conflitos. Isto pode ser embasado pelas relações apresentadas na Seção 2.1, onde os países buscam se relacionar para garantir o próprio acesso à água e garantir o funcionamento de sua economia. Caso não logrem êxito em tal acesso, existe o potencial de conflito.

A partir desta perspectiva, Brahma Chellaney diverge da teoria de Samuel Huntington¹⁴ de que as próximas guerras serão por disputas ideológicas ao afirmar que os conflitos do futuro serão pelo controle, posse e extração de *commodities* (CHELLANEY, 2015).

De uma perspectiva ampla, o acirramento da competição geopolítica pelos recursos naturais transformou alguns recursos estratégicos em motores de luta pelo poder. Outrossim, o acesso aos recursos naturais tem sido historicamente um fator importante na paz e na guerra. As considerações de recursos foram um dos principais impulsionadores de muitas intervenções e guerras armadas, incluindo as conquistas coloniais europeias e várias guerras do século passado (CHELLANEY, 2021).

De forma complementar, na visão de Michael Klare¹⁵ a combinação da escalada na demanda por recursos finitos com as disputas geopolíticas pela posse de recursos e com a sua escassez serão propulsores de conflitos (KLARE, 2002). Chellaney (2015) aponta que os conflitos por escassez de recursos são comumente camuflados como guerras civis, políticas ou até mesmo religiosas.

Este último reforça que o fato de a água não poder ser importada como petróleo, alimentos e minérios incentiva os Estados ribeirinhos a, no caso de águas transnacionais, fazer reservas antes que estas deixem seu território. Este fascínio em possuir a água resulta em obras de engenharia hidráulica que servem de estopim de tensões e conflitos entre Estados vizinhos. Com isso, os países a montante tentam tirar proveito da vantagem geográfica que possuem frente aos países de jusante por meio do controle do fluxo da água que desce um rio

¹⁴ Samuel Huntington (1927 – 2008) era natural dos EUA e cientista político, conselheiro e acadêmico na Universidade de Harvard. Em sua teoria do choque de civilizações, Huntington dividiu o mundo em grupos que possuíam similaridades culturais e religiosas, os quais denominou de civilizações. Afirmou que as guerras tenderiam a ocorrer em torno das diferenças entre tais grupos (HUNTINGTON, 2011).

¹⁵ Michael T Klare (1942-) é natural dos EUA e Professor Emérito de Estudos de Paz e Segurança Mundial do *Five College Program*. Suas áreas de interesse incluem política militar dos EUA, segurança internacional e política de recursos global (Nota do Autor).

transnacional, transformando esta restrição aos recursos hídricos em instrumento de barganha política (CHELLANEY, 2015).

Destarte, ao analisar a água como um *commodity* em escassez, ela entra numa categoria mais ampla de conflito por recursos. Em tais conflitos, busca-se o controle, posse ou extração do recurso. No caso dos recursos hídricos, isso é conseguido por meio de obras de engenharia hidráulica que desviem ou controlem o fluxo de um rio transnacional pelo país a montante. Isto pode reduzir ou negar o acesso a água para o país a jusante e, conforme apresentado na Seção 2.1, ao fazê-lo, o país a montante está criando potencial de conflito.

Outra característica relevante é a questão de que a água não pode ser fisicamente guardada, como gemas preciosas e minerais, de forma que uma disputa pela água não deve objetivar a tomada de um recurso que flui e sim controlar terras ricas em recursos hídricos ou desviar seus fluxos. Quando um Estado ribeirinho a montante decide unilateralmente pela exploração de sua vantagem geográfica, realizando um desvio no curso de águas, cria-se uma tensão regional por conta dos recursos hídricos (CHELLANEY, 2015).

Chellaney (2015) relata que alguns Estados exploram essa vantagem para capturar recursos por meio de novos projetos e, desta forma, apresentam aos demais um fato consumado. A vista disso, provou-se difícil parar tais movimentos ou estabelecer cooperação genuína uma vez que a maioria dos Estados perseguem recursos hídricos limitados para atender às suas necessidades crescentes.

No Sistema Internacional pivotado na segurança nacional, não na segurança coletiva, a perseguição por ganhos nacionais é comum, mesmo que às custas dos interesses do planeta como um todo. Aliado a isso, Chellaney salienta que a doutrina de apropriação, vigente no direito consuetudinário internacional, em que o primeiro a se apropriar das águas de um rio terá direito à prioridade de uso, serve de incentivo para captura de recursos,

especialmente pelos países mais poderosos. Esta captura de recursos, por sua vez, serve para criar maior poder de barganha sobre os demais Estados ribeirinhos (CHELLANEY, 2015).

Neste contexto, conflitos hídricos no sentido político e econômico já estão sendo travados em várias regiões, pela construção de barragens em rios transnacionais e pelo recurso à diplomacia coercitiva ou outros meios para impedir tal construção. Um exemplo de uma guerra silenciosa pela água foi a construção da barragem da Etiópia no rio Nilo Azul e as consequentes ameaças egípcias de represálias secretas ou abertas (CHELLANEY, 2021).

Portanto, é possível perceber que as particularidades da água determinam o *modus faciendi* dos conflitos hídricos. Quando o Estado a montante desvia o fluxo de um rio transnacional avaliando somente os próprios interesses nacionais, acaba por menosprezar as necessidades do outro Estado ribeirinho. O Sistema Internacional e o costume jurídico se moldaram de forma que este tipo de postura não é desencorajada. Isto posto, novamente é possível notar, tal qual apresentado na Seção 2.1, que existe a conexão de causa e efeito entre a negação ao acesso à água e o potencial de ocorrência de conflito hídrico.

Segundo Chellaney (2015), as disputas por água geralmente são apresentadas dentro de um contexto mais amplo e raramente aparecem como protagonistas dos contenciosos interestatais. Uma série de fatores podem ser determinantes para que tais disputas se tornem violentas, como a diferença dos pesos econômicos e militares dos atores no Sistema Internacional e a existência de meios alternativos para sobrepujar a escassez hídrica (CHELLANEY, 2015).

Em geral, o Estado ribeirinho dominante – seja a montante ou a jusante – pode se afirmar e privar os mais fracos do acesso à água. Por exemplo, um Estado a jusante que seja superior militarmente pode impedir um outro a montante de exercer sua vantagem geográfica

de desviar o curso do rio. Haveria, então, o risco de escalada da crise e de conflito pelos recursos hídricos (CHELLANEY, 2015).

Os conflitos hídricos podem ser travados de várias formas, militares ou não, de forma ostensiva ou velada. Como já mencionado anteriormente no presente trabalho, um exemplo de conflito hídrico seria o uso de ferramentas de engenharia hidráulica para mudar o curso de um rio em detrimento dos demais países ribeirinhos a jusante e assim explorar a vantagem sobre eles (CHELLANEY, 2015).

Chellaney (2020) cita a China para exemplificar o poder da engenharia hidráulica. Por meio da construção de represas em diversas bacias hidrográficas transnacionais, os chineses passaram a dominar o mapa hídrico da Ásia. Em razão disso, sua hidro-hegemonia (*sic*) é exercida sobre 18 Estados próximos a jusante, inclusive alguns considerados amigos e aliados (CHELLANEY, 2020).

Alia-se a isso a possibilidade do uso de forças irregulares para guerras por procuração com o objetivo de minar o controle do Estado rival¹⁶ sobre os recursos hídricos – *modus operandi* usado pela Síria contra a Turquia¹⁷ e pelo Paquistão contra a Índia¹⁸ – apesar da existência de acordos de uso compartilhado da água. Além disso, os conflitos hídricos travados nos ambientes diplomático, econômico ou político podem ser financeiramente mais custosos do que um conflito militar (CHELLANEY, 2015).

Neste diapasão, os recursos hídricos estão inseparavelmente ligados à segurança nacional, à geopolítica e à ideologia dos Estados no Oriente Médio e outras regiões escassas

¹⁶ A palavra rival tem origem do termo em latim *rivalis* que se referia a pessoas ou povos que dependiam do mesmo rio (Nota do Autor).

¹⁷ Referência ao conflito pelo rio Eufrates-Tigre entre Síria, Turquia e Iraque (YILMAZ, 2003). Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/36694622.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

¹⁸ Referência ao conflito pelo território da Caxemira entre Índia e Paquistão. Disponível em <<https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/longread-how-to-counter-pakistans-proxy-war/articleshow/66119254.cms?from=mdr>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

em água. As decisões por ações militares fundem uma série de objetivos políticos e o peso relativo da água nessa equação é difícil de decifrar (CHELLANEY, 2015).

Uma guerra lutada puramente pela água pode ser difícil de apontar na história moderna. Entretanto, há exemplos de conflitos em que a água foi um fator preponderante ao invés de fator único. Quando disputas territoriais se sobrepõem às disputas pela água, ela geralmente aparece mais como motivador implícito do que como causa ostensiva. Por exemplo, a disputa entre Índia e Paquistão pela Caxemira ou entre China e Índia pelo Tibete que, ainda que foquem nos territórios, também são disputas por água. A dinâmica dos conflitos hídricos não costuma seguir padrões uma vez que a água como causa ostensiva e exclusiva tem sido uma raridade na história moderna (CHELLANEY, 2015).

Percebe-se então que a água, enquanto fator motivador de antagonismos interestatais, geralmente se apresenta inserida em meio a um contexto de objetivos políticos. Assim, em que pese sua demonstrada importância, foram raros os casos em que a disputa por recursos hídricos tenha se tornado *casus belli*. Em tais disputas, os Estados gradarão o uso de ferramentas na busca pelo acesso à água nos campos político, diplomático e econômico.

A diferença de poder econômico e militar entre os atores que se relacionam determina qual deles é o dominante. Caso este decida se impor e cercear o acesso a água ao outro, existe o potencial de escalada violenta de conflito, conforme visto na Seção 2.1.

No contexto das relações entre Estados, os sistemas hídricos podem ser usados para atingir objetivos políticos ou militares, inclusive serem transformados em armas ou até mesmo alvos de ações militares. Represas a montante, barragens e outros desvios podem ajudar a moldar a água como instrumento político – uma arma a ser usada abertamente em tempos de guerra ou sutilmente em tempos de paz. Ademais, até mesmo negar dados

hidrológicos¹⁹ em determinadas épocas críticas pode equivaler ao uso da água como ferramenta política contra um Estado a jusante (CHELLANEY, 2015).

Os esforços de um Estado em assegurar seu acesso a recursos hídricos por meio de obras de engenharia hidráulica podem causar insegurança em outro Estado ribeirinho. Tal insegurança pode ir além da água, estendendo-se para os campos de alimentos, energia e economia, estimulando tensões regionais (CHELLANEY, 2015).

Merece menção o relato de Chellaney (2017) sobre a forma como a China, que o teórico denomina de “hidro-hegemon do mundo”, trava sua guerra hídrica contra a Índia, por meio de construção de barragens e retenção de dados hidrológicos:

A China há muito considera a água doce uma arma estratégica – uma que os líderes do país não têm escrúpulos em usar para promover seus objetivos de política externa. Depois de anos usando seu estrangulamento em quase todos os principais sistemas fluviais transnacionais da Ásia para manipular os próprios fluxos de água, a China agora está retendo dados sobre fluxos a montante para pressionar os países a jusante, particularmente a Índia²⁰ (CHELLANEY, 2017, n.p. e tradução nossa).

Por conseguinte, percebe-se que os recursos hídricos não figuram apenas como o motivo dos contenciosos na geopolítica dos Estados. Não somente durante um conflito aberto, mas também durante uma crise, a água pode ser usada como instrumento de barganha ou de pressão pela ameaça de negar o acesso a determinado Estado. Tal conduta pode impactar no pleno funcionamento do Estado, conforme demonstrado na Seção 2.1.

Adicionalmente, foi possível perceber que a teoria de Chellaney em relação aos conflitos hídricos não apenas se manteve coerente, como se robusteceu, por conta das

¹⁹ Dados que ajudarão a prever o comportamento de um rio ou bacia em determinado período (Nota do Autor).

²⁰ Do original: “China has long regarded freshwater as a strategic weapon — one that the country’s leaders have no compunction about wielding to advance their foreign-policy goals. After years of using its chokehold on almost every major transnational river system in Asia to manipulate water flows themselves, China is now withholding data on upstream flows to put pressure on downstream countries, particularly India.”. Disponível em < <https://chellaney.net/2017/10/14/a-new-front-in-asias-water-war/>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

dificuldades relacionadas a recursos hídricos vividas na Índia. Finda a teoria de Brahma Chellaney, no próximo capítulo será iniciado o caso da bacia do rio Okavango.

3 A JOIA DO KALAHARI

Neste capítulo será iniciado o estudo do caso particular da Bacia do Rio Okavango, abordando cada Estado ribeirinho. Para tanto, o capítulo foi dividido em quatro seções onde, na primeira, será apresentada uma breve contextualização geográfica. Nas três últimas seções, serão apresentadas respectivamente, Angola, Namíbia e Botswana, os Estados ribeirinhos, num enfoque pivotado no rio Okavango.

3.1 GEOGRAFIA

O rio Okavango tem característica perene²¹ e nasce na região tropical de Cuando-Cubango, em Angola. Após atravessar a Namíbia, ele deságua em Botswana, em meio ao deserto do Kalahari, formando um dos poucos deltas interiores do mundo e criando uma bacia endorreica²² (FIG. 1, ANEXO A) (TURTON; ASHTON; CLOETE, 2003).

A bacia do Okavango cobre uma área de 413.550 km², adicione-se outros 15.844km² – na época da cheia – apenas do delta e suas ilhas. A chuva corresponde a cerca de um quarto²³ das águas que entram na bacia anualmente e os outros três quartos são das águas da nascente do rio. No geral, a porção angolana fornece cerca de 94,5% da água escoada na bacia do Okavango, enquanto a Namíbia contribui com 2,9% e Botswana com 2,6% (TURTON; ASHTON; CLOETE, 2003).

²¹ Os rios perenes são aqueles que não apresentam interrupção de fluxo ao longo do ano, ou seja, não apresentam período de seca (Nota do Autor).

²² Um sistema de água endorreico, ou fechado, termina sua jornada no interior, em vez de fluir para o oceano. A maioria dos sistemas endorreicos termina como um lago ou mar ou, como no sistema do rio Okavango, como um delta (Seely et al., 2003)

²³ 24,5% equivalentes a 3.205 milhões de m³ por ano (ASHTON; NEAL 2003).

Assim, é possível perceber que do ponto de vista geográfico, a bacia do Okavango apresenta as características de uma bacia transnacional como indicada por Chellaney (2015). Angola possui a vantagem geográfica sobre Namíbia e Botswana e, analogamente, a segunda sobre a terceira. Poder-se-ia pensar na chuva como um contrapeso para reduzir a desvantagem dos Estados a jusante. Entretanto, sua pouca contribuição em meio ao deserto não minimizam a importância do rio Okavango e seu delta e, desta forma, reforçam a vantagem geográfica angolana e sua contribuição no montante hídrico anual.

3.2 ANGOLA

Após a sua independência de Portugal em 1975, iniciou-se a Guerra Civil Angolana, que durou até 2002. Como resultado, a guerra destruiu a economia e infraestrutura, deixando a maioria dos angolanos desamparados e empobrecidos. Com o advento da paz, tornou-se possível realocar a população para suas áreas de origem. Este movimento deve fomentar a agricultura, o que trará desenvolvimento a curto e longo prazos (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

Angola possui uma dotação inigualável de recursos naturais na forma de terras agrícolas férteis e variadas, grandes reservas de petróleo, gás, diamantes, minério de ferro e ouro, bem como um forte potencial hidrelétrico. Em quase três décadas, o que antes era uma economia diversificada e próspera foi gradualmente destruído como consequência de uma quase ininterrupta guerra, bem como más escolhas a nível político. Entre as décadas de 1970 e 2000, os setores de petróleo e diamantes cresceram exponencialmente, fazendo de Angola um dos maiores produtores de diamantes e o segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana (PORTO; CLOVER, 2003).

No estágio de reconstrução, as ações são focadas em reabilitar infraestruturas como estradas, fornecimento de água e energia, saúde, educação e condições sociais em geral para a população. Para isso, existem boas condições para o desenvolvimento de projetos de agricultura e grande potencial para projetos hidrelétricos e agroindustriais de curto e longo prazos. O ecoturismo é outra atividade econômica que não pode ser ignorada, visto que parte considerável da bacia permite tal utilização (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

A água é um dos bens mais ricos de Angola e o seu uso eficiente é a chave para um desenvolvimento social e econômico equitativo. A maioria dos especialistas considera que Angola não enfrentará problemas graves de escassez de água. No entanto, a bacia do Okavango será cada vez menos capaz de atender às demandas combinadas de uma Angola pacífica, Namíbia e Botswana. Então, como as atividades a montante podem afetar significativamente os fluxos, Namíbia e Botswana acompanham com grande interesse à medida em que Angola emerge da guerra. Conseqüentemente, a agricultura e a construção de quaisquer barragens na área de captação foram identificadas como algumas das ameaças potenciais à bacia do rio Okavango (ELLERY; MCCARTHY, 1994).

Em razão do exposto, apesar de toda a vantagem geográfica a ser explorada, conforme indicado na seção 3.1, Angola não tirou proveito de sua condição geográfica favorável devido a uma conjuntura política que desestabilizou o país por cerca de 27 anos. Entretanto, após o *terminus* do conflito, este ponto de inflexão na história angolana foi marcado pelos planos para reverter as mazelas da guerra prolongada. Tais planos são favorecidos pelo potencial em recursos naturais existentes e pelo fato de a economia já ter se desenvolvido em alguns setores como petróleo e diamantes.

O próximo passo da reconstrução angolana contempla, dentre outros, os setores de agricultura, indústria e infraestruturas, o que pode vir a incrementar a demanda por água

naquele país. Assim, o potencial hidrelétrico mencionado, caso implementado, aliado ao consumo incrementado da Angola no pós-guerra, poderá impactar no suprimento de água do rio Okavango para Namíbia e Botswana, com potencial de geração de conflito, conforme explicitado na seção 2.1.

3.3 NAMÍBIA

A Namíbia possui um hidroclima²⁴ extremamente árido. Os rios do interior do país são, portanto, efêmeros²⁵ e sua capacidade de recorrer a lençóis freáticos é limitada. Com isso, o país irá procurar pelos rios perenes em suas fronteiras para abastecer a escassez hídrica do interior (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

No período entre 1970 e 1974, a economia da área central da Namíbia cresceu a taxas anuais de 7% e um estudo foi feito para suportar a questão da demanda de água. Isso levou ao desenvolvimento de uma proposta de plano diretor nacional de águas que propôs entre outros o *Eastern National Water Carrier* que ligaria o Okavango ao árido interior namibiano até 1986. O projeto foi dividido em cinco fases²⁶ avançando com a construção de represas e dutos para o interior, de acordo com o aumento na demanda de água e da disponibilidade de capital, ambos dependentes do crescimento namibiano (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

²⁴ Hidroclima é o ramo da ciência que reúne hidrologia e clima, incluindo os impactos que a água e seus processos têm no clima da Terra e os impactos dos padrões e mudanças climáticas no ciclo da água. Fenômenos hidroclimáticos, como seca, inundações e precipitação, podem ter impactos sociais, como danos às plantações e perda de vidas (USA, 2022).

²⁵ Os rios efêmeros são aqueles que surgem apenas em ocasiões de grandes chuvas. Com isso, sua previsão é pouco efetiva, podendo levar décadas entre ocorrências (Nota do Autor).

²⁶ O projeto da *Eastern National Water Carrier*, dividido em cinco fases, previa a construção de quatro represas que seriam interligadas entre si, com pequenos rios efêmeros e com fontes de águas subterrâneas. A última e mais importante fase, e que não se concretizou, seria a interligação de todo esse sistema ao Rio Okavango por meio de um canal de 250 km (SEELY et al., 2003).

Todavia, as Projeções de crescimento futuras feitas em 1973 que poderiam dar respaldo ao prosseguimento do projeto não se confirmaram e a demanda de água não alcançou os patamares esperados. Naquele momento, a solução concebida para a escassez hídrica foi a melhor gestão da água (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

Após a independência da Namíbia, em 1990, o tema da ligação do Okavango com o interior foi retomado. Contudo, um estudo²⁷ realizado em 1993 concluiu que com a melhoria das práticas de gerenciamento de água, o reuso de efluentes e o uso conjunto de águas fluviais e lençóis freáticos, a ligação entre o rio Okavango e a Namíbia central poderia ser postergado até 2009 (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

Isto posto, é possível inferir que a aridez do interior namibiano fez da escassez hídrica assunto rotineiro e o desenvolvimento daquela região foi a força motriz que impulsionou a Namíbia à procura de recursos hídricos adicionais, que foram encontrados no rio Okavango. Em que pese as diferenças entre projeções e resultados e apesar dos diversos paliativos até o *fait accompli*, num nível macro, a solução de desviar a água de um rio transnacional já fora determinada e estava sendo buscada. Isso coaduna com a relação de Chellaney (2015) apresentada na seção 2.1, pois a Namíbia se viu compelida a se relacionar com os demais Estados ribeirinhos do Okavango de modo a assegurar seu acesso a água e, desta forma, manter o pleno funcionamento e desenvolvimento do país.

A maior vantagem desta infraestrutura para desviar a água do Okavango seria que a Namíbia poderia, assim, usar as próprias fontes de água com maior produtividade, antes de evaporarem, aumentando a eficiência de suas represas. Em caso de quaisquer intercorrências,

²⁷ O estudo foi realizado em 1993 por Ministry of Agriculture, Water and Rural Development, Department of Water Affairs (Nota do Autor).

a disponibilidade do perene Okavango proveria a garantia de oferta (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

O estudo de 1993 confirmou as necessidades vislumbradas na década de 1970 e o fato de que a Namíbia acabaria tendo que obter acesso a uma parte razoável e equitativa das águas do rio Okavango para sustentar um maior crescimento na economia de sua região central. Destarte, é de importância crítica para a Namíbia saber qual o efeito do desenvolvimento em Angola no fluxo no Okavango (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

Desta forma, é possível perceber a validade do argumento de que a ligação do Okavango seria a fonte garantidora de água e que ela só seria usada em caso de necessidade. Por outro lado, a presença de represas pode ser vista por dois ângulos dentro do contexto em tela. Ao mesmo tempo que corroboram o argumento supramencionado, podem servir também como reserva de água desviada do Okavango, caracterizando um movimento de conflito hídrico pela ótica de Chellaney, conforme apresentado na seção 2.3.

Adicionalmente, o desenvolvimento de Angola ao término da guerra civil e seu potencial de incremento na demanda de água associado, conforme apresentado na seção 3.2, pode ser um fator limitador no desenvolvimento da Namíbia. Isso valida a relação apresentada na seção 2.1 pois, caso a Angola se torne a causa da escassez hídrica na Namíbia por meio do controle do fluxo de água do rio Okavango, existe o potencial de deflagração de conflito.

3.4 BOTSWANA

Botswana se encontra na parte mais a jusante da bacia do rio Okavango. A maioria da água que chega ao delta é proveniente de Angola, o Estado da bacia a montante. Com isso, as propriedades da água que chega ao delta, tanto em quantidade quanto em qualidade, dependem muito das atividades nos Estados a montante (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

A presença de um vasto corpo de água em uma área predominantemente seca criou um ambiente único. Da junção do ambiente natural com povoados e diversas espécies animais e vegetais fez com que o Delta do Okavango abrigasse um ecossistema com atores altamente dependentes da água (FIG. 2, ANEXO B) (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

O local mais distante onde a água do Okavango já foi empregada é a mina de diamantes Orapa. No entanto, além de dragar um pequeno trecho no rio Boro durante o início da década de 1970, nenhuma grande intervenção de engenharia foi realizada. Em épocas de cheia, a água é capaz de atingir o ponto de escoamento da mina naturalmente, fluindo pelo rio Boteti (FIG. 2, ANEXO B) (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

Com efeito, é possível constatar que, dentre os Estados ribeirinhos, Botswana se encontra na pior situação geográfica, conforme também foi apresentado na seção 3.1. Por outro lado, a peculiaridade do delta, com o acúmulo de água em meio ao deserto do Kalahari, não foi bem explorada no passado para obras de engenharia hidráulica.

Ao longo dos anos, o delta foi visto como uma fonte potencial para atender às necessidades internas do país. Em 1977, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) encomendou um estudo da ONU para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para investigar o Delta do Okavango como uma fonte primária de recursos hídricos para Botswana. Este estudo analisou vários aspectos como intervenções de engenharia, produção agrícola, turismo, pesca e outros (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

Durante o final da década de 1980, o governo embarcou no projeto *Snowy Mountains Engineering Corporation* para implementar as recomendações do relatório do PNUD/FAO. Dentre as obras de engenharia recomendadas estavam incluídas a dragagem do

rio Boro até o interior da *Buffalo Fence*²⁸, melhorando as saídas do delta e várias represas para garantir o armazenamento. No entanto, antes que o projeto pudesse ser implementado, preocupações ambientais foram levantadas, e isso levou o governo a suspender o projeto (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

Ao realizar atividades no delta, o governo reconheceu a necessidade de consultar as diferentes partes interessadas, que compreendem os cidadãos nos assentamentos ao redor do delta, autoridades governamentais e diferentes Organizações Não Governamentais (ONGs) que trabalham no delta (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

O ambiente selvagem intocado e a vida selvagem diversificada são atrações turísticas significativas. Ao longo dos anos, a indústria do turismo tem crescido consistentemente, e o delta tem sido um destino privilegiado. O governo de Botswana faz todos os esforços possíveis para manter a região como uma atração turística favorecida. Nesse sentido, o governo optou por uma política de turismo de baixo volume e alto custo (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

Diante disto, o potencial de aproveitamento dos recursos hídricos do Delta do Okavango ganhou força de argumentação por meio do estudo contratado pelas Nações Unidas. Posteriormente, tal estudo foi usado pelo próprio governo de Botswana para tentar vencer a desvantagem geográfica, por meio da engenharia hidráulica, na intenção de construir represas e armazenar água. Até este ponto, existe aderência com a teoria de Chellaney (2015),

²⁸ Na expectativa de atender aos padrões internacionais de higiene e manejo de doenças para exportação de carne, Botswana criou uma rede de cercas veterinárias cruzando seu território. A *Buffalo Fence* é uma das cercas mais importantes pois controla a propagação da febre aftosa na região do Delta do Okavango, conseguindo separar os búfalos do gado. A cerca é supostamente uma das mais destrutivas para a vida selvagem na região pois corta uma rota de espécies migratórias além de separar áreas secas e úmidas (MBAIWA; MBAIWA, 2006).

conforme apresentado ao longo do capítulo 2. Como a argumentação não se sustentou e o delta teve que ser preservado, o turismo foi a opção escolhida para geração de renda.

Por outro lado, quando Chellaney (2015) associou o incremento no consumo de água ao desenvolvimento, não se ateuve para o argumento da preservação do meio ambiente, conforme apresentado na seção 2.3. Tal argumento impediu a implementação das obras de engenharia hidráulica supramencionadas.

O teórico tampouco atentou para a intervenção de atores não-estatais nos conflitos hídricos que, no caso de Botswana, impediram que o potencial de desenvolvimento do país fosse alcançado por meio dos recursos hídricos. Cabe salientar que, estas incongruências percebidas na teoria de Chellaney terão grande relevância posteriormente uma vez que, serão o indutor da percepção da dialética de pensamentos.

Por derradeiro, uma vez apontados os atores estatais que compõem a bacia do Okavango e seus panoramas internos, no próximo capítulo será apresentada a solução encontrada para alcançar um denominador comum quanto ao uso compartilhado dos recursos hídricos, com vistas a atender aos diversos interesses dos países ribeirinhos.

4 OKACOM - A ARIDEZ TRANSFORMADA EM COOPERAÇÃO

O capítulo que ora se inicia dará continuidade ao estudo da Bacia do Rio Okavango, neste momento abordando a partir de um patim superior, com vistas a esmiuçar a Comissão Permanente de Águas da Bacia Hidrográfica do Okavango (OKACOM, sigla em inglês)²⁹. Para tanto, o capítulo foi dividido em três seções onde, na primeira, serão expostos os motivos que levaram à criação da Comissão; na segunda, um histórico de sua criação; e, na terceira, a idealização da Comissão.

4.1 AS PREOCUPAÇÕES EM TORNO DO ACESSO À ÁGUA DO OKAVANGO

Com o término da Guerra Civil Angolana, aumentou o potencial para desenvolvimento, o que exigiria a água do Okavango. A partir de então, foi possível alcançar potencial crescimento em infraestrutura que melhoraria as condições socioeconômicas de cerca de 800.000 pessoas que viviam no curso superior da bacia hidrográfica do Okavango e nas planícies do sudeste de Angola. Estudos de viabilidade feitos pelas autoridades portuguesas antes da guerra indicaram que, à época, havia potencial para geração de 350 Megawatts de energia hidrelétrica e desenvolvimento de irrigação em 54 mil hectares na porção angolana da bacia hidrográfica do Okavango (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

Do ponto de vista namibiano, as necessidades angolanas de água existentes e futuras, bem como os impactos que possíveis futuras atividades industriais, de mineração ou de irrigação, possam ter na captação de água, na qualidade e na saúde ambiental a jusante do Okavango não são claros. Portanto, Angola é vista como um potencial gigante adormecido que

²⁹ A sigla OKACOM é admitida para Comissão Permanente de Águas da Bacia Hidrográfica do Okavango e para *Permanent Okavango River Basin Water Commission*. Disponível em < <https://www.okacom.org/background-0>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

vai ganhar vida e que pode ter graves consequências para a futura disponibilidade de água na captação namibiana no Okavango, localizada na fronteira entre Angola e Namíbia; ou para a geração hidrelétrica em Divundu; ou no Delta do Okavango (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

Embora o governo de Botswana seja solidário com as necessidades de água legítimas e razoáveis da Namíbia, a comunidade ambientalista internacional vê Botswana como a guardiã do Delta do Okavango e isso pode ter um impacto nos planos da Namíbia de utilizar a água do Okavango. Um grande número de ONGs ambientais está ativa no delta. Tais organizações podem estar em posição de exercer pressão sobre o governo de Botswana no que diz respeito aos desenvolvimentos no Okavango (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

Assim sendo, no momento da criação da OKACOM, a conjuntura dos países ribeirinhos indicava que Angola a qualquer momento poderia iniciar uma corrida desenvolvimentista. Por essa razão, os movimentos angolanos eram acompanhados *pari passu* pelos namibianos que viam uma possível ameaça de limitação em seu fornecimento de água – fator sempre crítico em meio à aridez do deserto do Kalahari – e da geração de energia, ou seja, o desenvolvimento de Angola poderia ser um gargalo no desenvolvimento da Namíbia, naquele momento.

Seguindo o curso do rio, no delta estava Botswana que ao tentar implementar qualquer plano de desenvolvimento, já dependia naturalmente dos dois Estados a montante e por isso deveria ser solidária e alinhada aos seus planos. Além disso, ainda sofria pressões externas da comunidade ambientalista internacional, por meio das ONGs, que lhe imputaram o papel de guardiã do Delta do Okavango, e que ainda poderiam exercer pressão sobre os demais Estados acerca do *modus operandi* de uso compartilhado das águas do Okavango. Em

meio a este intrincado jogo de interesses e necessidades, as seções subsequentes tratarão sobre a OKACOM, que surgiu como fórum de resolução de tais controvérsias.

4.2 A CRIAÇÃO DA OKACOM

Logo após a independência da Namíbia em 1990, o novo governo estabeleceu uma série de instituições de bacias hidrográficas com outros Estados ribeirinhos dos rios transnacionais do país. Os objetivos dessas Comissões eram assessorar os respectivos governos sobre questões técnicas relativas ao desenvolvimento sustentável, aproveitamento benéfico, gestão integrada e conservação dos recursos hídricos de interesse comum entre os estados fluviais. Em setembro de 1990, os governos de Angola e Namíbia concordaram em endossar e afirmar os antigos acordos sobre o rio Cunene entre as potências coloniais³⁰ e restabelecer a Comissão Técnica Conjunta Permanente³¹ (PJTC, sigla em inglês). Em novembro de 1990, os governos das repúblicas de Botswana e Namíbia estabeleceram a Comissão Técnica Permanente Conjunta³² (JPTC, sigla em inglês) para lidar com recursos hídricos de interesse comum (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

O fator motivador foi a necessidade de utilizar as águas do Okavango para aumentar o abastecimento de água na área central da Namíbia, que já tinha sido identificada muito antes da independência. Entretanto, essa articulação não poderia ter sido feita antes, pois a Namíbia ainda não era um Estado soberano (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

³⁰ Angola é ex-colônia de Portugal e Namíbia é ex-colônia da África do Sul (Nota do Autor).

³¹ A OKACOM admite a sigla PJTC para *Permanent Joint Technical Commission* e para Comissão Técnica Conjunta Permanente. Disponível em < <https://www.okacom.org/background-0>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

³² A OKACOM admite a sigla JPTC para *Joint Permanent Technical Commission* e para Comissão Técnica Permanente Conjunta. Disponível em < <https://www.okacom.org/background-0>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

Então, o governo da Namíbia sugeriu reunir os comissários do PJTC e do JPTC para discutir o futuro do desenvolvimento da bacia do Okavango e a possibilidade de estabelecer uma comissão tripartite da água. O primeiro encontro ocorreu na cidade de Windhoek, na Namíbia, em junho de 1991. Posteriormente, naquela mesma localidade, em 15 de setembro de 1994, foi criada a OKACOM (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

Pelo exposto, constata-se que durante o transcurso de eventos que levaram à criação da OKACOM, houve aderência com a teoria de Chellaney (2015) tanto na PJTC, quanto na JPTC, até mesmo na própria OKACOM, conforme exposto na seção 2.1. Isto ocorreu, pois, em cada situação específica, os Estados envolvidos se viram compelidos a interagir para tentar chegar a um consenso sobre o uso compartilhado de recursos hídricos transnacionais e garantir o seu acesso aos mesmos.

4.3 A CONCEPÇÃO DA OKACOM

A gestão integrada dos recursos hídricos transfronteiriços é orientada por três princípios fundamentais: a soberania inerente de cada Estado ribeirinho, “a obrigação de que um Estado não cause danos significativos (*sic*) a outro Estado na utilização da água de um recurso frequentemente partilhado”³³ e a exigência de que o uso da água seja equitativo e razoável (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

No entanto, esses princípios não são mandatórios, nem qualquer terceiro pode ser chamado para resolver um conflito, a menos que todas as partes envolvidas tenham concordado com tal intervenção. A base para a prevenção de conflitos, portanto, reside principalmente no desenvolvimento de mecanismos institucionais funcionais para facilitar o

³³ Do original: “the obligation that one state should not cause significant harm to another state in the utilization of water from a commonly shared resource” (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003, p. 116, Tradução nossa).

diálogo entre as partes sobre seus cursos de água compartilhados internacionalmente (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

A OKACOM foi estabelecida porque as partes compreenderam a importância de trabalhar em conjunto antes que surgisse uma situação de conflito. Esta iniciativa proativa não foi imposta aos Estados da bacia por nenhuma agência externa e a OKACOM mobilizou muito apoio internacional ao tomar medidas positivas para gerir os assuntos na bacia do Okavango de forma amigável (PINHEIRO; GABAAKE; HEYNS, 2003).

Assim, é possível perceber que a concepção da OKACOM não coaduna com o pensamento teórico de Brahma Chellaney, em que pese a força motriz das interações iniciais entre os Estados ribeirinhos, que culminou na criação da Comissão, ter encontrado aderência na teoria de Chellaney (2015), de acordo com o apontado na seção anterior. A OKACOM foi idealizada à luz da escola pacifista, conforme visto no Capítulo 2, objetivando soluções pacíficas e prevenção de conflitos.

Entretanto, naquele mesmo capítulo foi apresentado o argumento de Chellaney (2015) que desacreditou a teoria pacifista ao contrapor que a mesma não se sustenta em face da possibilidade de coexistência de cooperação e conflitos em uma mesma bacia hidrográfica. Logo, com base nessa dualidade de ideias, o próximo capítulo irá analisar se a OKACOM seguiu na realidade as premissas pelas quais foi criada.

5 A AVALIAÇÃO: HOBBS OU KANT?

Neste capítulo será feita uma breve avaliação comparativa à luz da dialética de pensamentos percebida no capítulo anterior. Para isso, o capítulo foi dividido em três seções, na primeira será apresentada a abordagem kantiana³⁴, associada a teoria pacifista, sob a qual a OKACOM foi idealizada. Na segunda seção, será explorada a postura hobbesiana³⁵, alinhada ao pensamento de Chellaney (2015), adotada pelos Estados ribeirinhos mesmo sob a égide da Comissão em tela. Por fim, na última seção será apresentada uma comparação entre os dois pontos de vista.

5.1 O IDEALISMO DA OKACOM

As perspectivas kantianas argumentam que há três temas dominantes que impulsionam os desenvolvimentos na região da África Austral: o momento democrático pós-*apartheid*³⁶; o ajustamento socioeconômico estrutural neoliberal, agora incluindo componentes de integração regional (SADC³⁷, sigla em inglês) e continental (AUDA-NEPAD³⁸,

³⁴ Immanuel Kant (1724-1804) foi um filósofo político alemão crucial para a escola de pensamento idealista ou utópica. Segundo Kant, a anarquia internacional pode ser superada por meio de algum tipo de ação coletiva (MINGST, 2014).

³⁵ Thomas Hobbes (1588-1679) foi um filósofo político inglês que caracterizava a política Internacional como uma disputa por poder. Para Hobbes, “o Estado autônomo e unitário está constantemente envolvido em lutas pelo poder, equilibrando poder com poder e reagindo para preservar o que é de interesse nacional”. Ele também classifica o “Sistema Internacional como anárquico, em que não há nenhuma autoridade máxima que ponha fim à contenda”. Portanto o embate entre Estados é permanente (MINGST, 2014, p. 98).

³⁶ Após um período prolongado de estagnação política, o fim do *apartheid* na África do Sul causou um efeito cascata em toda a região abrindo novos níveis de debate entre os Estados, incluindo aqueles que compartilham bacias hidrográficas internacionais na África Austral, como por exemplo a bacia do Okavango (NICOL, 2003).

³⁷ A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) tem como principais objetivos alcançar o desenvolvimento e o crescimento econômico, aliviar a pobreza, melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos por meio da integração regional. Disponível em <<https://www.sadc.int/pages/history-and-treaty>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

³⁸ A Agência de Desenvolvimento da União Africana - NEPAD (AUDA-NEPAD) atua desde 2018 para fortalecer a capacidade dos Estados-Membros e órgãos regionais da União Africana. Disponível em <<https://www.nepad.org/microsite/who-we-are-0>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

sigla em inglês); e a agenda ambientalista na gestão coletiva dos recursos naturais (SWATUK, 2003).

Esses valores de paz, crescimento econômico e sustentabilidade ambiental dependem de um espaço cada vez maior para a sociedade civil articular suas diversas necessidades e interesses e exercer suas capacidades livres de um Estado dominador e superdesenvolvido. Eles também exigem a alocação mais eficiente de recursos muitas vezes escassos pelos legisladores da região e o desenvolvimento de parcerias criativas e eficazes entre as partes interessadas relevantes (estatais, corporações, ONGs e CBOs³⁹) (SWATUK, 2003).

Alinhada com esta escola de pensamento pacifista, a OKACOM revisou, em julho de 2022, sua Estratégia de Comunicação e Plano de Engajamento das Partes Interessadas 2020-2025⁴⁰. Neste documento, a Comissão aponta sobre as partes interessadas:

O Programa de Ação Estratégica (SAP) para a Bacia Hidrográfica do Cubango-Okavango (CORB) reconhece a importância da participação pública e da transparência na gestão, utilização e desenvolvimento integrados e sustentáveis da Bacia Hidrográfica. Apela a todas as partes interessadas, incluindo comunidades, indivíduos e organizações interessadas, que tenham a oportunidade de participar, no nível apropriado, nos processos de tomada de decisão e gestão que afetam a CORB (OKACOM, 2022, p. 16 e tradução nossa)⁴¹.

³⁹ *Community-Based Organizations* são organizações sem fins lucrativos, públicas ou privadas, que podem ser unidas por laços profissionais, pessoais, religiosos e outros. As CBOs atuarão em prol dos interesses dos grupos que representam junto a outros grupos, como o meio político, por exemplo. Disponível em <<https://www.lawinsider.com/dictionary/community-based-organization-cbo>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

⁴⁰ OKACOM *Communications Strategy and Stakeholder Engagement Plan 2020-2025*. Disponível em <<https://www.okacom.org/okacom-communications-and-stakeholder-engagement-strategy-2020-2025>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

⁴¹ Do original: "The Strategic Action Programme (SAP) for the Cubango-Okavango River Basin (CORB) recognises the importance of public participation and transparency in the integrated, sustainable management, use and development of the river Basin. It calls for all stakeholders, including communities, individuals and concerned organizations, to be given the opportunity to participate, at the appropriate level, in decision-making and management processes that affect the CORB."

Ainda nesse contexto, a OKACOM complementa:

O envolvimento das partes interessadas da OKACOM visa inculcar uma cultura de confiança e responsabilidade entre todos os atores. Como guardiões dos recursos naturais na CORB, as partes interessadas podem dar contribuição essencial para o sucesso dos programas e atividades da OKACOM (OKACOM, 2022, p. 16 e tradução nossa)⁴².

Desta forma, é possível perceber que a OKACOM se mantém dentro da linha geral de pensamento que busca a resolução de disputas entre Estados ribeirinhos sem conflitos. Outrossim, é interessante perceber a mudança de paradigma da Comissão. Na década de 1990, à época de sua criação, a OKACOM enfatizava a soberania inerente de cada Estado ribeirinho e alertava que terceiros só poderiam ser chamados para resolução de disputas mediante anuência de todos os membros, de acordo com o apresentado na seção 4.3.

No entanto, em 2022 a OKACOM se adequou à agenda globalista e em seu documento incluiu como partes interessadas uma diversidade de atores não-estatais em adição aos Estados ribeirinhos. Ademais, concede a estes outros atores o poder de decisão e gestão sobre questões da bacia e os intitula como guardiões dos recursos naturais ali existentes. Por fim, o que se evidencia é um enfraquecimento dos Estados soberanos dentro do contexto da OKACOM ao se tentar, de certa forma, equiparar um Estado soberano a uma ONG, por exemplo.

5.2 A PRÁTICA REALISTA DOS ESTADOS RIBEIRINHOS

Esta seção apresentará as medidas tomadas pelos Estados ribeirinhos em busca de seus interesses nacionais. Entretanto, será exposta desde o delta até a nascente, ao contrário do que foi feito até o momento. Isso se deve ao fato de, como também apresentado

⁴² Do Original: "OKACOM's stakeholder involvement aims to inculcate a culture of trust and accountability among all the players. As custodians of the natural resources in the CORB, stakeholders can make essential input to the success of OKACOM programmes and activities."

anteriormente, quanto mais a jusante, menor o poder de barganha dentro do contexto da bacia hidrográfica transnacional exigindo, portanto, ações mais assertivas com vistas a garantir o acesso aos recursos hídricos.

Botswana se tornou parte contratante da Convenção de Ramsar⁴³ em abril de 1997 e incluiu o Delta do Okavango como Sítio Ramsar (FIG. 2, ANEXO B). A maioria dos observadores considera que este ato foi tomado estritamente com base no interesse nacional. Com esse movimento, Botswana tentou posicionar as disputas regionais por água dentro de uma estrutura de interesses globais por conta das ameaças a montante do delta, em particular a captação planejada pela Namíbia e o mesmo potencial de captação por uma Angola pacífica (SWATUK, 2003).

O governo de Botswana relutava em designar o delta como patrimônio mundial temendo uma reação global contra seus próprios planos de desenvolvimento. Por fim, ficou claro que a melhor decisão era se tornar parte dessas convenções, ao invés de se afastar delas, mantendo-se no contexto de “uso consciente” (SWATUK, 2003).

Posteriormente, no ano de 2016, Botswana publicou o seu 11º Plano de Desenvolvimento Nacional (NDP11, sigla em inglês), com validade de abril de 2017 até março de 2023. O documento destaca que, em 2015, o Delta do Okavango foi listado como o milésimo Patrimônio Mundial da UNESCO⁴⁴(sigla em inglês), além de Sítio Ramsar (FIG. 2, ANEXO B). De acordo com o NDP11, esse movimento tem o potencial de gerar efeitos positivos

⁴³ A Convenção de Ramsar é um tratado intergovernamental que estabelece marcos para ações nacionais e para a cooperação entre países com o objetivo de promover a conservação e o uso racional de áreas úmidas no mundo. Essas ações estão fundamentadas no reconhecimento, pelos países signatários da Convenção, da importância ecológica e do valor social, econômico, cultural, científico e recreativo de tais áreas (BRASIL, 2022). Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/areas-umidas/a-convencao-de-ramsar-1>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

⁴⁴ *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO). Disponível em: <<https://www.unesco.org/en/brief>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

para a economia no setor do turismo. Neste sentido, o país está implementando uma agenda nacional de educação e conscientização ambiental da população, por meio de programas internos (BOTSWANA, 2016).

Ainda sobre o turismo, o NDP11 preconiza que para manter a biodiversidade e os recursos hídricos associados necessários à atividade, o país deverá honrar seus compromissos, não apenas com a Convenção de Ramsar, mas também com diversos órgãos como, UNCBD⁴⁵, CITES⁴⁶ e ABS⁴⁷, além de preparativos passa assinatura das UNCCD⁴⁸ e UNPOPs⁴⁹ (todas as siglas em inglês) (BOTSWANA, 2016).

No que tange ao acesso aos recursos hídricos, o plano de Botswana enfatiza sua dependência de águas transfronteiriças. Em vista disso, o documento menciona que o país já ratificou quatro acordos de uso compartilhados de águas transnacionais e que continuará envidando esforços para aumentar esse número (BOTSWANA, 2016).

Por sua vez, a Namíbia também aderiu à Convenção de Ramsar para proteção de áreas úmidas e incluiu uma série de áreas. Entretanto, os planos namibianos de desenvolvimento não coadunavam com essa postura de preservação ambiental. Os exemplos mais evidentes de tal contraste eram uma futura estação de energia a gás na foz do rio Orange, dentro de um Sítio Ramsar; as intenções declaradas de construir uma usina hidrelétrica em Popa Falls, em meio ao “Sítio Ramsar do Sul do Okavango” pleiteado pela Namíbia; o projeto

⁴⁵ *United Nations Convention on Biological Diversity* (UNCBD). Disponível em: <<https://www.cbd.int>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

⁴⁶ *Convention on International Trade in Endangered Species* (CITES). Disponível em: <<https://cites.org/eng/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

⁴⁷ *Nagoya Protocol on Access and Benefit Sharing* (ABS). Disponível em: <<https://www.cbd.int/abs/>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

⁴⁸ UN Convention on Combating Desertification (UNCCD). Disponível em: <<https://www.unccd.int>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

⁴⁹ *Stockholm Convention on Persistent Organic Pollutants* (UNPOPs). Disponível em: <<http://www.pops.int/Home/tabid/2121/Default.aspx>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

do *Eastern National Water Carrier*; e os planos para estabelecer a agricultura irrigada em larga escala na Faixa de Caprivi (SWATUK, 2003).

Outrossim, em 2017 foi expedido o 5º Plano de Desenvolvimento Nacional Namibiano (NDP5, sigla em inglês), válido até 2022. Em seu preâmbulo, o então Presidente da República da Namíbia, Dr. Hage G. Geingob, orienta que “atenção prioritária deve ser dada à escassez de energia e água, pois estes são insumos vitais no processo de produção⁵⁰” (NAMÍBIA, 2017).

O NDP5 cita que a água é crucial para a transformação namibiana em economia industrializada e que a irrigação corresponde a 60% do consumo nacional de recursos hídricos, podendo permanecer desta maneira até 2030. O documento também indica como maior desafio namibiano para o crescimento na oferta de água, o fato de seus quatro rios perenes serem nas fronteiras. Assim formam-se rios transnacionais, o que não concede à Namíbia o pleno direito ao uso de tais recursos hídricos (NAMÍBIA, 2017).

Desta forma, a Namíbia estabeleceu quatro estratégias para garantir o acesso aos recursos hídricos: a primeira, de melhorar as infraestruturas hídricas existentes, podendo até construir novas represas aos sistemas já existentes; a segunda, de implementar novas infraestruturas – com destaque para a possível construção o aqueduto ligando o rio Okavango à região central, inicialmente vislumbrado no projeto do *Eastern National Water Carrier*; a terceira, melhoria da gestão das águas, com redução de desperdícios; e a quarta, incrementar a cooperação hídrica nos rios transnacionais, de modo a assegurar distribuição equitativa e racional (NAMÍBIA, 2017).

⁵⁰ Do original: “priority attention should be given to address energy and water shortages as these are vital inputs in the production process” (NAMÍBIA, 2017, p, 10 e tradução nossa).

Com relação à Angola, o relativo desinteresse inicial nesse campo pode ser atribuído à incapacidade e à inércia após a guerra civil. Do ponto de vista a montante, a conversão de Botswana para opção pelos argumentos da “utilização sustentável” resulta não de um “esverdeamento” (*sic*) do governo, mas de uma combinação de dinheiro ganho através do turismo e do fracasso em levar adiante seu próprio projeto de gestão recursos hídricos (SWATUK, 2003).

Todavia, a postura pouco assertiva angolana foi sendo substituída por um realismo focado no desenvolvimento interno. O Ministério da Energia e Água (MINEA) demonstra no seu nome os dois eixos estruturantes e a interdependência entre eles para a política nacional angolana. Em 2010, o MINEA criou o Instituto Nacional de Recursos Hídricos (INRH) com a missão de assegurar a execução da política nacional de recursos hídricos⁵¹. Nesse contexto, o Plano de Ação do Setor de Energia e Águas 2018-2022 explicita as intenções de associar o desenvolvimento nacional à energia e águas, incluídos os rios transnacionais (ANGOLA, 2018).

Ademais, o plano pôde ser materializado, por exemplo, por meio do início da construção de uma hidrelétrica em 2017, constante do plano de 2018-2022, no rio Kwanza, ao custo de U\$ 4,5 bilhões de dólares. Calcula-se que irá gerar um reservatório de 24 mil hectares de água e que poderão suprir até metade da demanda energética angolana⁵². Especificamente sobre o Okavango, também em 2017, foram iniciadas obras de construção de três barragens com capacidade de gerar 155 Megawatts e ligação para irrigar cerca de 20 mil hectares de terras aráveis⁵³.

⁵¹ Disponível em: <<http://www.inrh.gv.ao/instituicao>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

⁵² Disponível em: <<https://www.globalconstructionreview.com/chinese-contractor-starts-45bn-angolan-hydropower/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

⁵³ Disponível em: <<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=377540>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Assim, no contexto geopolítico da bacia do Okavango, pode-se dizer que é válida a assertiva de Swatuk (2003): “Cada um dos Estados ribeirinhos está determinado a perseguir planos nacionais de desenvolvimento, muitas vezes mantendo zelosamente seu direito soberano de fazê-lo” (SWATUK, 2003, p. 129 e tradução nossa)⁵⁴.

Com base no que foi exposto, é possível inferir que a estratégia adotada por Botswana e Namíbia envolvia o uso de atores externos à OKACOM para obter maior poder de barganha, inicialmente, a Convenção de Ramsar e seus preceitos de proteção ambiental. Contudo, as similaridades se limitaram a este ponto.

Botswana efetivamente se manteve numa política ambientalista, que aliada à sua escolha pretérita pela indústria do turismo, tornou-se ainda mais forte. Nessa política, a preservação dos recursos hídricos necessários foi robustecida pela adesão de Botswana a uma gama de convenções e órgãos internacionais, que lhe conferem guarida sob o argumento ambiental.

Paralelamente, Botswana externa sua dependência regional em termos de recursos hídricos no documento para viabilizar a assinatura de acordos. Sua vulnerabilidade pode ser exposta por ter abrigo de órgãos internacionais em caso de escassez hídrica. É com esse *modus operandi* que garante seu acesso à água, em consonância com a teoria de Chellaney (2015), tal qual explicitado no Capítulo 2.

A Namíbia demonstrou que seus Sítios Ramsar inicialmente faziam parte de uma política nacional maior de uso de recursos hídricos. Posteriormente, essa postura foi reforçada em seu documento que, em primeira análise, poderia ser dividido com as duas primeiras estratégias sobre construção e melhoria infraestruturas alinhadas ao pensamento de

⁵⁴ Do original: “Each of the riparians are determined to pursue national development plans, often holding jealously to their sovereign right to do so”.

Chellaney (2015) e as duas últimas sobre gestão e cooperação alinhadas à teoria pacifista. Numa visão macro, isso poderia ser visto também como uma postura adaptativa e flexível, priorizando o interesse nacional pelo recurso hídrico, conforme a teoria de Chellaney (2015).

Angola, apesar de sua aparente postura de inação, posteriormente estruturou-se internamente por meio de um ministério e um instituto para gerir a sua política de recursos hídricos que foi consubstanciada em represas, hidrelétricas e campos irrigados. Esses movimentos internos sinalizaram um alinhamento com a teoria de Chellaney (2015), conforme visto no Capítulo 2.

5.3 A COMPARAÇÃO ENTRE AS PERSPECTIVAS KANTIANA E HOBBIANA

A escolha da postura estratégica, dentro da dualidade de conflito ou cooperação, passa pela influência da posição geográfica no curso do rio. Entretanto, é guiada, em última instância, pelo interesse nacional, conforme aponta Swatuk (2003):

Os Estados das nascentes estão profundamente em conflito; aqueles ao longo do leito estão posicionados entre Janus e Minerva⁵⁵; os que estão na foz sentem-se relativamente desamparados, pois não contribuem praticamente em nada para o fluxo, mas acumulam o efluente de todos e estão mais interessados em acordos multilaterais. Dependendo se Kant ou Maquiavel é favorecido, ou cooperação ou conflito é escolhido, o ambiente aparece como o *locus* de oportunidade para a construção da paz regional ou como uma série fragmentada de recursos para defesa e captura (SWATUK, 2003, p. 126 e tradução nossa)⁵⁶.

Ainda segundo Swatuk (2003), por vezes, os Estados que buscam a interdependência e o multilateralismo só o fazem porque são fracos num mundo de fortes.

⁵⁵ Neste trecho Swatuk (2003) usa os deuses mitológicos Janus e Minerva para representar a dualidade da escolha entre conflito e cooperação. Na mitologia o deus Janus é associado ao início e o fim dos conflitos e, portanto, a guerra e paz. Por outro lado, Minerva é conhecida como a deusa da sabedoria, habilidade esta que poderia também ser vista como a dos Estados ao optar por cooperar (Nota do Autor).

⁵⁶ Do original: “Headwater states are deep in conflict; those at mid-flow stand poised between Janus and Minerva; those at the mouth feel relatively helpless, as they contribute virtually nothing to the flow but accumulate everyone’s effluent, and are most keen on multilateral agreement. Depending on whether Kant or Machiavelli is favoured, or cooperation or conflict is chosen, the environment either appears as the locus of opportunity for regional peace-building or as a fragmented series of resources for defence and capture”.

Como um Estado a jusante, a opção de Botswana pelo multilateralismo visa vincular os Estados a montante em um regime de gestão sustentável de bacias hidrográficas. Com isso, Botswana estaria compreensivelmente buscando estritamente o interesse nacional, sob a forma de saúde do delta, para o turismo e o desenvolvimento econômico (SWATUK, 2003).

A Namíbia é mais ambivalente quanto a isso. Apesar de também ser parte contratante da Convenção de Ramsar, segue mais aberta ao diálogo por meio da OKACOM. Porém, suas intenções declaradas permanecem: usar as águas do Okavango como parte de uma estratégia de uso conjunto que garantirá o abastecimento constante de água e o desenvolvimento nacional (SWATUK, 2003).

Angola não faz parte da Convenção de Ramsar e suas intenções inicialmente não eram claras. Entretanto, em primeira análise, não haveria ganhos evidentes para Angola que a fariam renunciar de uma parcela de sua água do Okavango em prol dos demais Estados ribeirinhos (SWATUK, 2003). De fato, Angola não renunciou de seus recursos hídricos, e sim, passou a utilizá-los para “a criação das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento equilibrado do território” (ANGOLA, 2018, p. 1).

Portanto, é possível constatar que os Estados ribeirinhos da bacia do Okavango optaram por adotar posturas realistas que priorizaram os interesses nacionais. Entretanto, tais estratégias estatais não são imutáveis no tempo, pois, com exceção da geografia, os fatores considerados são, em sua maioria, conjunturais. Com isso, é esperado que ao longo do tempo o Estado ribeirinho se adeque à conjuntura, assumindo a postura, de conflito ou cooperação, que mais convenha aos interesses nacionais.

Essa dialética foi percebida ao longo do estudo (GRÁFICO 1, APÊNDICE A), pois a aderência da teoria de Chellaney (2015) ao objeto também oscilou com o decorrer do tempo. Como pano de fundo de tais oscilações, a geografia da Bacia do Rio Okavango mostrou

aderência à teoria de Chellaney (2015), tendo Angola como o pivô geopolítico, por estar na nascente e por contribuir com a quase totalidade do volume hídrico do rio.

Num primeiro momento da dialética, cada um dos Estados ribeirinhos lidava com problemas internos que, até então, não haviam permitido seu desenvolvimento ao ponto de necessitar maior consumo de água. Uma vez que tais mazelas foram sendo suplantadas e o desenvolvimento foi sendo almejado, segundo a teoria de Chellaney (2015), os Estados ribeirinhos se viram obrigados a estabelecer interações por meio de fóruns para garantir seu acesso à água no rio transnacional. Ainda neste momento, existe um relevante ponto de descolamento da teoria quando Botswana pautou seu desenvolvimento no turismo e fez uso de ONGs e outros órgãos para aumentar seu poder de barganha sobre os Estados a montante.

O momento seguinte foi pautado pela cooperação na OKACOM. Os ideais de prevenção de conflitos da concepção da Comissão não possuem aderência à teoria de Chellaney (2015). Ressalta-se que, à época, a OKACOM prestigiava a soberania dos Estados membros. Logo, terceiros não teriam voz ativa, exceto se houvesse a anuência de todos.

Durante o terceiro instante, mesmo sob a égide da OKACOM, os Estados ribeirinhos passaram a adotar posturas realistas, alinhadas à teoria de Chellaney (2015). O simples fato de haver três posturas diferentes quanto à política de recursos hídricos, dentro de um fórum destinado ao mesmo assunto, já valida o argumento de que cada Estado ribeirinho perseguia estritamente o interesse nacional.

A oscilação mais recente, e que marca o quarto momento, foi a adoção da estratégia de partes interessadas que incluiu no rol de tomadores decisão e guardiões dos recursos naturais da bacia do Okavango, não apenas os Estados ribeirinhos, mas também uma série de atores não-estatais. Com isso, em meio à dialética das perspectivas, houve ainda uma diluição da soberania dos Estados ribeirinhos percebida do segundo para o quarto momento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho analisou-se a aderência às relações entre os Estados ribeirinhos no contexto da bacia do rio Okavango com a teoria sobre os recursos hídricos na geopolítica de Brahma Chellaney. Para isso, foi realizado o confronto entre a teoria e a realidade para identificação dos possíveis pontos de aderência.

Assim, o estudo foi apresentado em seis capítulos, de forma que no primeiro foi apresentada uma breve contextualização, o propósito e a estrutura da pesquisa. No segundo capítulo, em busca dos pressupostos teóricos relevantes para o processo de confrontação com o objeto, as relações entre os Estados ribeirinhos no contexto da bacia do rio Okavango, foi apresentado o pensamento teórico de Brahma Chellaney.

O terceiro e quarto capítulos foram dedicados a estudar o objeto. Foi apresentada uma breve contextualização geográfica, seguida da explanação sobre a conjuntura singular de cada um dos Estados ribeirinhos. Após isso, foi exposto um panorama mais amplo, que englobava a OKACOM e suas peculiaridades.

No quinto capítulo foi feita uma avaliação da dualidade de perspectivas adotadas pelos Estados ribeirinhos que fora constatada no decorrer dos dois capítulos anteriores. Essa avaliação gerou os elementos que ajudaram a responder à questão apontada na introdução deste trabalho e que será respondida doravante. Adicionalmente, ainda nesta parte, será apresentado o resultado do trabalho, além de propostas para pesquisas futuras.

Dentro da teoria de Chellaney, foi apresentada a importância dos recursos hídricos para o funcionamento e desenvolvimentos dos Estados. Com isso, notou-se que os Estados ribeirinhos poderiam ser compelidos a interagir para assegurar seu acesso à água e que eventuais dissonâncias nas interações possuíam potencial de deflagração de conflitos hídricos.

Após estabelecidas essas relações fundamentais, foi apresentado um breve contexto histórico do *zeitgeist* pós Segunda Guerra Mundial. Dessa época datam a maioria das instituições que pautam as relações internacionais contemporâneas, com suas lacunas de imposição de regras e resolução de conflitos. Sob o manto dessas instituições, ascende a escola pacifista, como contraponto à visão realista de Chellaney.

Ainda na teoria geopolítica de Brahma Chellaney, foi visto que a ocorrência de conflito hídrico pode se dar de diversas formas, em face da abrangência com que o teórico trata o tema da escalada das disputas pela água. Adicionalmente, foi exposto que os conflitos hídricos podem ser travados silenciosamente e sem emprego de violência, por meio de construções de infraestruturas, como barragens, ou negação de dados hidrológicos, por exemplo. Foi apresentado também que as disputas pela água podem figurar como causas implícitas de conflitos violentos e que manobras nos campos políticos, diplomáticos e até econômicos podem ser empregadas na busca pelos recursos hídricos.

Dentro do estudo do objeto, foi depreendido que, Angola ao sair da Guerra Civil, reunia condições para uma retomada de seu desenvolvimento, postergado durante os 27 anos de conflito. A Namíbia por sua vez, estabelecia planos de emprego da água para o desenvolvimento de seu interior, por meio de argumentos ambíguos. A construção de represas para armazenar a água de seus rios efêmeros do interior seria também interligada ao perene e transnacional rio Okavango. No Delta do Okavango, Botswana fazia sua “escolha de Sofia” entre desenvolver-se e consumir o delta ou preservá-lo e abdicar de seu progresso. Por fim, pressionada pelas ONGs ambientais, Botswana priorizou o Delta do Okavango.

Em meio aos problemas internos vividos pelos Estados ribeirinhos, a necessidade de um denominador comum quanto ao uso compartilhado da água do rio transnacional

obrigou ao surgimento de fóruns de discussão. Estes institutos, que inicialmente eram bilaterais, culminaram com a criação da OKACOM, pouco depois da independência namibiana.

Após o estudo inicial dos Estados ribeirinhos e da OKACOM, foi percebida uma dualidade de pensamentos, que passou a ser avaliada em seguida. Primeiramente, a OKACOM apresentou-se alinhada ao pensamento da escola pacifista, diferindo de Chellaney. Os Estados ribeirinhos, mesmo dentro do fórum de discussão da OKACOM, não deixaram de priorizar seus interesses nacionais de forma realista, coesos com a teoria de Chellaney.

Ao comparar essas duas perspectivas no decorrer do estudo, foi possível perceber que essa dialética também ocorria ao longo do tempo. Com isso, demonstrou-se que, durante o período estudado, os Estados ribeirinhos da bacia do Okavango tomaram posturas que, em maior ou menor grau, possuíam aderência à teoria estudada. Em outros momentos, não houve aderência à teoria de Chellaney, entretanto houve a relevante percepção de que a soberania dos Estados ribeirinhos estava se diluindo em meio ao empoderamento de atores não-estatais dentro do contexto da OKACOM.

Portanto, respondendo à questão de pesquisa deste estudo, é possível afirmar que, nas disputas geopolíticas por recursos hídricos no contexto da bacia do rio Okavango, houve aderência parcial à teoria de Brahma Chellaney sobre conflitos hídricos dentro da janela temporal estudada.

Por fim, como recomendação para estudos futuros, vislumbra-se que elementos do pensamento de Chellaney, do caso particular da bacia do Okavango, bem como algumas das considerações colhidas neste estudo, poderiam servir de base para um possível estudo do caso brasileiro da bacia do rio Amazonas. Trata-se de um rio transnacional e, neste caso, o Brasil está na posição mais a jusante com Peru, Bolívia e Colômbia a montante, com nascentes de rios afluentes e do próprio rio Amazonas e que formam esta importante bacia.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. Ministério da Energia e Águas (MINEA). *Plano de Acção do Sector de Energia e Águas 2018-2022*. Luanda, 2018, 147 p. Disponível em: <<https://www.minea.gv.ao/index.php/planos-de-accao-do-minea/category/212-planacao>>. Acesso em: 2 ago. 2022.

ASHTON, Peter; NEAL, Marian. An overview of key strategic issues in the Okavango basin. In: TURTON, Anthony; ASHTON, Peter; CLOETE, Eugene (Eds.). *Transboundary rivers, sovereignty and development: Hydropolitical drivers in the Okavango River basin*. 1st ed. Pretoria: African Water Issues Research Unit (AWIRU), 2003. cap. 2, p. 31-64.

BOTSWANA. Ministry of Finance. *National Development Plan 11 – April 2017–March 2023*. Gaborone, v. 1, 2016, 292 p. Disponível em: <https://www.finance.gov.bw/images/NDP_11_2017-2023.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2022.

CHELLANEY, Brahma. *Water, Peace, and War: Confronting the Global Water Crisis*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2013. 424 p.

CHELLANEY, Brahma. *Water, Peace, and War: Confronting the Global Water Crisis (Globalization)*. Updated ed. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2015. 424 p.

CHELLANEY, Brahma. A New Front in Asia's Water War. *Stagecraft and Statecraft*, New Delhi, 14 out. 2017. Disponível em: <<https://chellaney.net/2017/10/14/a-new-front-in-asias-water-war/>>. Acesso em: 5 ago. 2022.

CHELLANEY, Brahma. Will China turn off Asia's tap? *The Strategist*, Barton, 23 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.aspistrategist.org.au/will-china-turn-off-asias-tap/>>. Acesso em: 5 ago. 2022.

CHELLANEY, Brahma. The Battle for Scarce Water. *Stagecraft and Statecraft*, New Delhi, 19 mar. 2021. Disponível em: <<https://chellaney.net/2021/03/19/the-battle-for-scarce-water/>>. Acesso em: 5 ago. 2022.

ELLERY, W. N.; MCCARTHY, T. S. Principles for the sustainable utilization of the Okavango delta ecosystem: Botswana. *Biological Conservation*, Washington, v. 70, n. 2, p. 159-168, 1994.

EUA – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. U.S. Department of Commerce. *National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA)*. Disponível em: <<https://www.weather.gov/media/climateservices/Hydroclimate.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2022.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 255 p.

GLEICK, Peter H. Water and Conflict: Fresh Water Resources and International Security. *International Security*, Cambridge, v.18, n.1, p. 79-112, Jun. 1993.

HEYNS, P. The Namibian Perspective on Regional Collaboration in the Joint Development of International Water Resources. *International Journal of Water Resources Development*, London, v. 11, n. 4, p. 467-492, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. Updated ed. New York: Simon & Schuster, 2011. 368 p.

KLARE, Michael T. *Resource wars: The new landscape of global conflict*. 1st ed. New York: Henry Holt and Company, LLC, 2002, 304 p.

MBAIWA, Joseph E.; MBAIWA, Onaletshepho I. The Effects of Veterinary Fences on Wildlife Populations in Okavango Delta, Botswana. *International Journal of Wilderness*, v. 12, n. 3, dez. 2006. Disponível em: <<https://ubrisa.ub.bw/handle/10311/28>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MINGST, Karen A.; ARREGUIN-TOFT, Ivan M. *Princípios de Relações Internacionais*. Tradução de Cristiana de Assis Serra. 6. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2014, 448 p. Título original: *Essentials of International Relations*. 6th ed.

NAMIBIA. National Planning Commission. *Namibia's 5th National Development Plan (NDP5): Working Together Towards Prosperity 2017/18 - 2021/22*. Windhoek, 2017, 134 p. Disponível em: <<https://www.npc.gov.na/wp-content/uploads/2021/11/NDP5.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2022.

NICOL, Alan. The dynamics of river basin cooperation: The Nile and Okavango basins. In: TURTON, Anthony; ASHTON, Peter; CLOETE, Eugene (Eds.). *Transboundary rivers, sovereignty and development: Hydropolitical drivers in the Okavango River basin*. 1st ed. Pretoria: African Water Issues Research Unit (AWIRU), 2003. cap. 8, p. 167-186.

OKACOM – COMISSÃO PERMANENTE DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO OKAVANGO. *Communication Strategy and Stakeholder Engagement Plan 2020-2025*. Gaborone: OKACOM Secretariat, 2021. E-book. 48 p. Disponível em: <<https://www.okacom.org/sites/default/files/documents/OKACOM%20Communication%20and%20Stakeholder%20Engagement%20Strategy%202020-2025.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2022.

PINHEIRO, Isidro; GABAAKE, Gabaake; HEYNS, Piet. Cooperation in the Okavango River basin: The OKACOM perspective. In: TURTON, Anthony; ASHTON, Peter; CLOETE, Eugene (Eds.). *Transboundary rivers, sovereignty and development: Hydropolitical drivers in the Okavango River basin*. 1st ed. Pretoria: African Water Issues Research Unit (AWIRU), 2003. cap. 5, p. 105-118.

PORTO, João Gomes; CLOVER, Jenny. The peace dividend in Angola: Strategic implications for Okavango basin cooperation. In: TURTON, Anthony; ASHTON, Peter; CLOETE, Eugene (Eds.). *Transboundary rivers, sovereignty and development: Hydropolitical drivers in the Okavango River basin*. 1st ed. Pretória: African Water Issues Research Unit (AWIRU), 2003. cap. 3, p. 65-82.

SMITH, Dan; VIVEKANANDA, Janani. *A Climate of Conflict: The links between climate change, peace and war*. International Alert 2007. Nov. 2007. E-book. 48 p. Disponível em: <<https://www.international-alert.org/wp-content/uploads/2021/09/Climate-Change-Climate-Conflict-EN-2007.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

SWATUK, Larry A. Kant and should: Strategic thoughts about 'wise use' of the Okavango Delta system. In: TURTON, Anthony; ASHTON, Peter; CLOETE, Eugene (Eds.). *Transboundary rivers, sovereignty and development: Hydropolitical drivers in the Okavango River basin*. 1st ed. Pretoria: African Water Issues Research Unit (AWIRU), 2003. cap. 6, p. 119-140.

TURTON, Anthony R.; ASHTON, Peter; CLOETE, Eugene. An introduction to the hydropolitical drivers in the Okavango River basin. In: TURTON, Anthony R.; ASHTON, Peter; CLOETE, Eugene (Eds.). *Transboundary rivers, sovereignty and development: Hydropolitical drivers in the Okavango River basin*. 1st ed. Pretoria: African Water Issues Research Unit (AWIRU), 2003. cap. 1, p. 9-30.

TURTON, Anthony R. The hydropolitical dynamics of cooperation in Southern Africa: A strategic perspective on institutional development in international river basins. In: TURTON, Anthony; ASHTON, Peter; CLOETE, Eugene (Eds.). *Transboundary rivers, sovereignty and development: Hydropolitical drivers in the Okavango River basin*. 1st ed. Pretoria: African Water Issues Research Unit (AWIRU), 2003. cap. 4, p. 83-104.

UNDESA – UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. International Decade for Action 'WATER FOR LIFE' 2005-2015. *United Nations*, last updated: Nov. 2014. Disponível em: <<https://www.un.org/waterforlifedecade/scarcity.shtml>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

UNU – UNITED NATIONS UNIVERSITY. Former National Leaders: Water a Global Security Issue. *UNU Office of Communications*. Tokyo, 2011. Disponível em: <<https://unu.edu/media-relations/releases/water-called-a-global-security-issue.html>>. Acesso em: 03 abr. 2022.

WOLF, Aaron T. Conflict and cooperation along international waterways. *Water Policy*, London, v. 1, n. 2, p. 251-265, Apr. 1998.

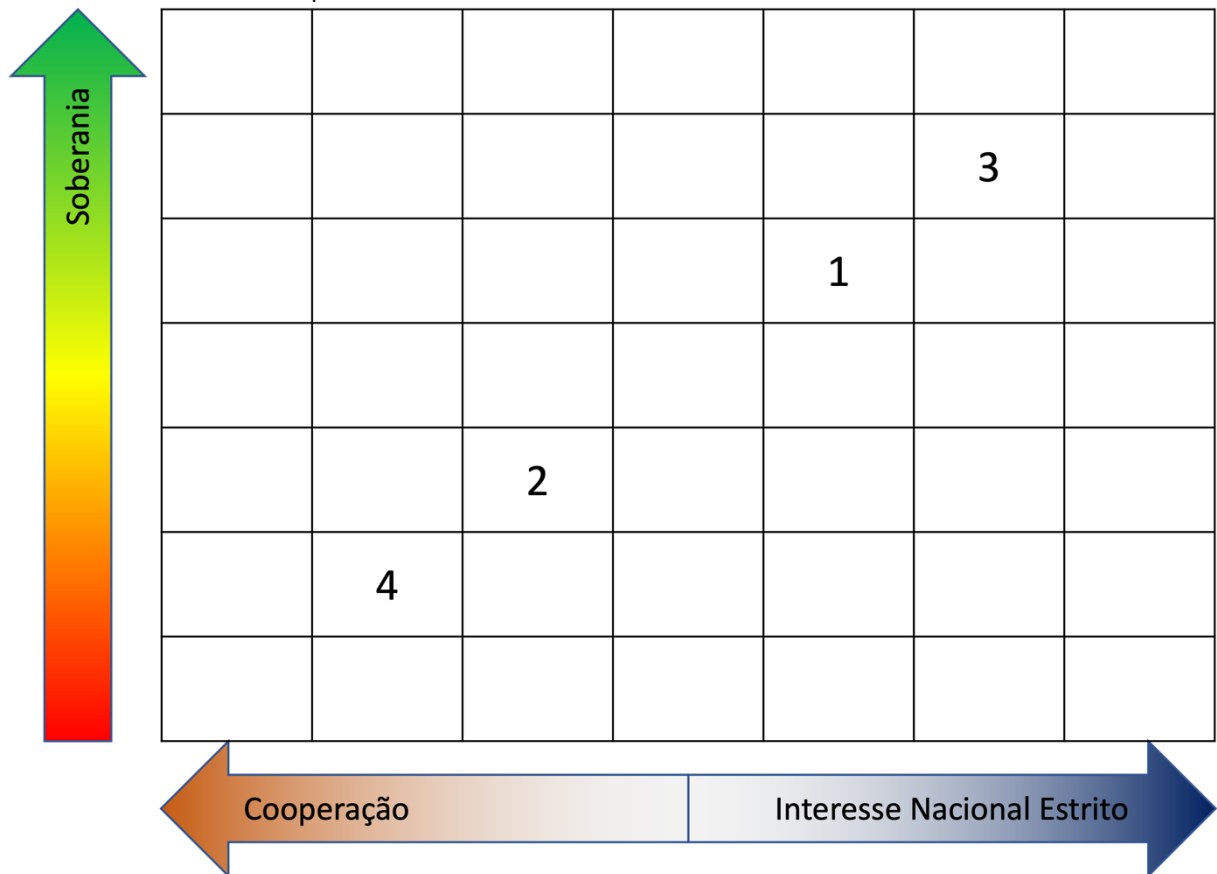
WOLF, Aaron T. "Water Wars" and Water Reality: Conflict and Cooperation Along International Waterways. In: Lonergan, S. C. (Ed.). *Environmental Change, Adaptation, and Security*. Dordrecht: Springer, 1999, v. 65, cap. 18, p. 251-265 (NATO ASI Series).

WOLF, Aaron T.; KRAMER, Annika; CARIUS, Alexander; DABELKO, Geoffrey D. Water Can Be a Pathway to Peace, Not War, a brief. *Global Policy Forum (GPF)*. Washington, DC: Worldwatch Institute, Jun. 2005. Disponível em: <<https://archive.globalpolicy.org/security/natres/water/2005/06peace.htm>>. Acesso em: 19 de abr. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A

GRÁFICO 1 – A dialética dos pensamentos e a soberania



Fonte: Elaborado pelo autor.

O GRÁFICO 1 aponta os quatro momentos que foram inferidos na comparação entre os pensamentos hobbesianos e kantianos. Tal qual foi descrito na pesquisa, na representação gráfica é possível ver que os movimentos em busca do interesse nacional estrito apresentam uma tendência de reafirmação de soberania e a “ascensão de Chellaney” no sentido 1-3. Analogamente, movimentos de aumento de cooperação possuem um associado enfraquecimento da soberania, com a “diluição da soberania” no sentido 2-4. Finalmente, a dialética pode ser observada na diagonal no gráfico, na série temporal 1-2-3-4.

ANEXOS

ANEXO A

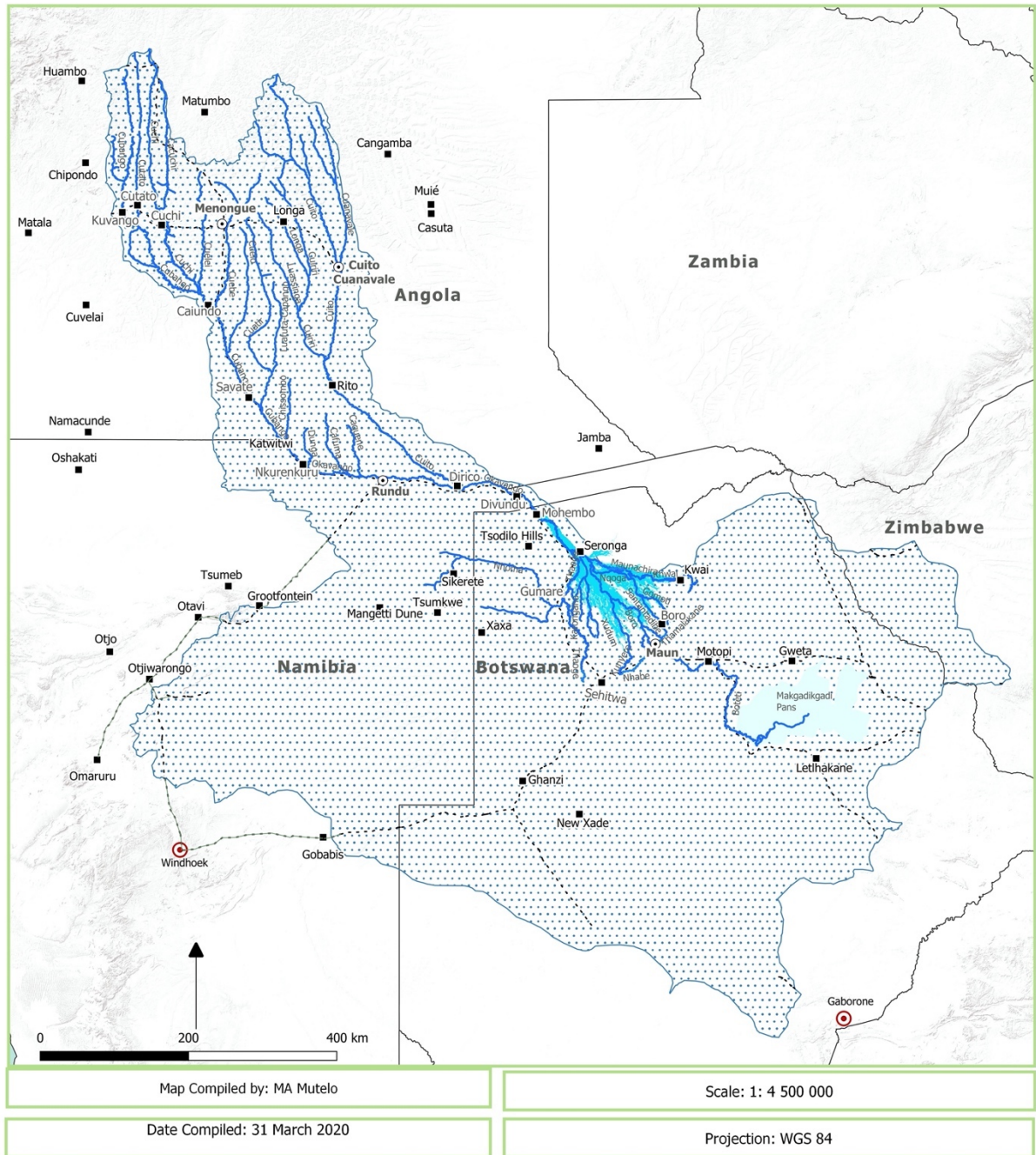


FIGURA 1 – Mapa político da bacia do rio Okavango.

Fonte: <<https://www.okacom.org/cubango-okavango-river-basin-corb>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

ANEXO B

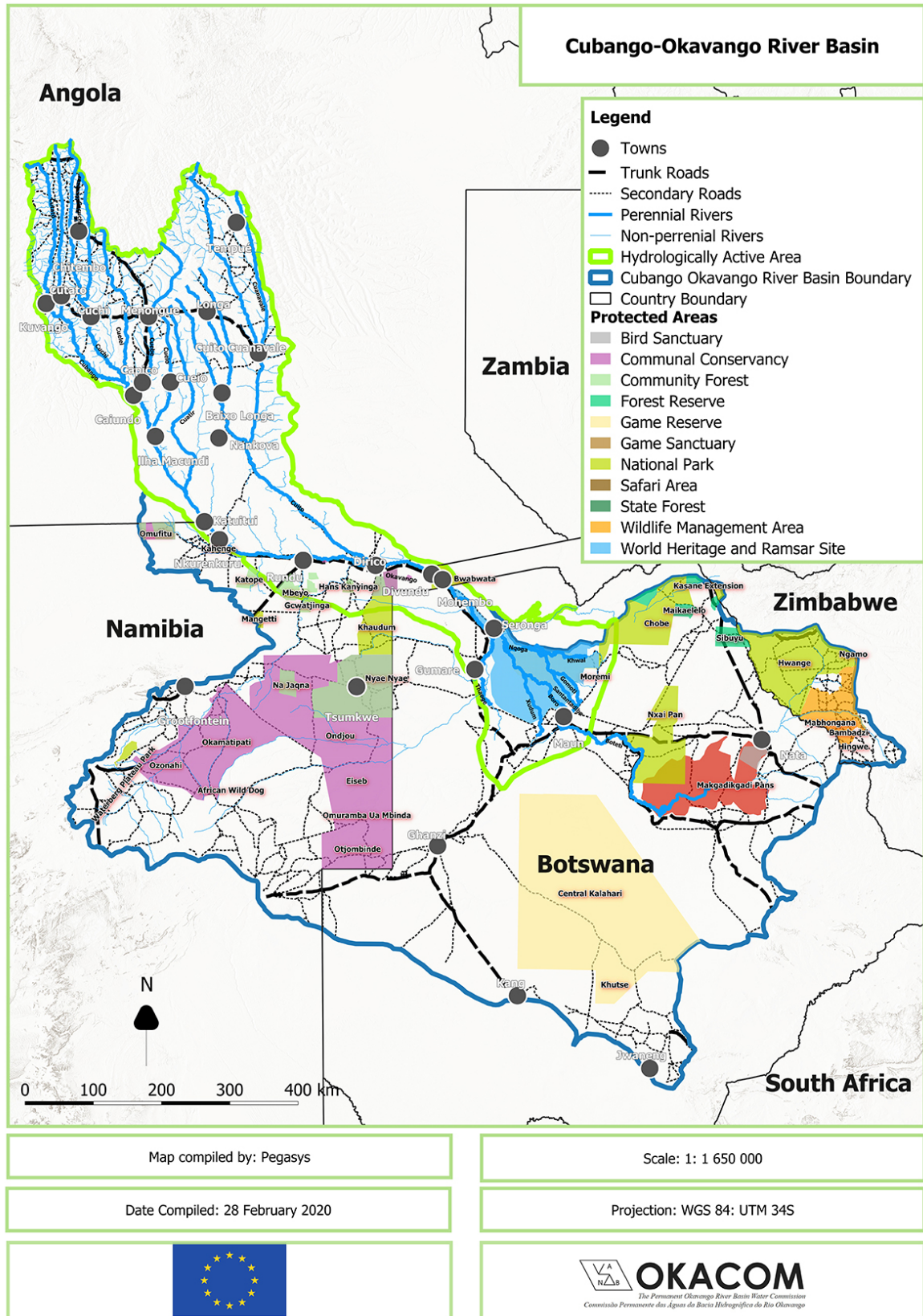


FIGURA 2 – Mapa detalhado da bacia do Okavango e áreas de preservação ambiental.

Fonte: <<https://www.okacom.org/node/206>>. Acesso em: 22 jul. 2022.